

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

Francielle Pinto Andrade

**BRANQUITUDE E FEMINISMO: UMA ANÁLISE DO PERIÓDICO NÓS
MULHERES (1976-1978)**

Porto Alegre

2020

Francielle Pinto Andrade

Branquitude e Feminismo: uma análise do periódico Nós Mulheres (1976-1978)

Monografia de conclusão de curso apresentada como requisito para obtenção de título de Licenciada em História pelo Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Natalia Pietra Méndez

Porto Alegre

2020

Francielle Pinto Andrade

Branquitude e Feminismo: uma análise do periódico Nós Mulheres (1976-1978)

Monografia de conclusão de curso apresentada como requisito para obtenção de título de Licenciada em História pelo Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Natalia Pietra Méndez

BANCA EXAMINADORA

Prof^a.Dr^a. Natalia Pietra Méndez (orientadora) - UFRGS

Prof^a. Dr^a. Fernanda Oliveira da Silva - UFRGS

Prof. Dr. Marcus Vinicius Freitas Rosa - UFRGS

Porto Alegre

2020

AGRADECIMENTOS

Agradeço profundamente a dedicação e paciência de minha orientadora nesta jornada monográfica, prof.^a Natalia Pietra Méndez. Obrigada Natalia pelo trabalho incrível durante as revisões do trabalho. Agradeço à banca examinadora, a Prof.^a Fernanda Oliveira e o Prof^o Marcus Vinicius pela disponibilidade e atenção nas análises do trabalho.

Agradeço a todos os meus amigos e colegas, sem exceções. Todos foram importantes no processo de criação da pesquisadora que sou hoje. Cada um contribuiu de sua maneira em pensamentos e ações minhas que possibilitaram chegar onde estou hoje. Sempre lembrarei com carinho os velhos tempos no Campus do Vale e fora dele, lembrarei das conversas “fiadas” e das sérias também. Levo todos no coração.

Agradeço toda minha família pela força e energia que desejaram durante todo meu percurso na graduação até eu chegar nesse momento. Obrigada Mãe e Pai por serem minha base de muito amor e carinho nessa jornada. Certamente sem o apoio de vocês isso não seria possível.

Finalmente, agradeço muito o Bailon Flores Ribeiro. Meu companheiro, marido e principalmente, meu melhor amigo. Obrigada pela paciência em meus dias de conflito e estresse, por segurar a maior barra durante esse período de escrita do trabalho. Esse trabalho com toda certeza não seria o mesmo sem tua ajuda nos detalhes e ideias que facilitaram meu olhar muitas vezes.

“ Sendo assim, (eu)demando uma epistemologia que inclua o pessoal e o subjetivo como parte do discurso acadêmico, pois todas/os nós falamos de um tempo e lugar específicos, de uma história e realidade específicas – não há discursos neutros.”

Grada Kilomba

ABSTRACT

This monography aims to analyze the feminist journal *Nós Mulheres* starting from the concept of whiteness as a category of historical analysis. The research problem revolves around how whiteness permeates the journal's narratives in order to observe how racism crossed feminist perspectives in the context of the city of São Paulo during the 1970s. The purpose of this work is to contribute to the feminism history as from the field of ethnic-racial relations. The source of this research is the feminist journal *Nós Mulheres* - created in 1976 in the city of São Paulo, having its circulation throughout Brazil until 1978. Identified as one of the main vehicles of the feminist press in the 1970s, *Nós Mulheres* marked the history of the brazilian alternative press.

Key-Words: Whiteness; Feminism; Feminism History; History of the Alternative Press; Feminist press; *Nós Mulheres*; Ethnic-racial relations; São Paulo.

RESUMO

Esta monografia pretende analisar o jornal feminista Nós Mulheres partindo do conceito de branquitude como categoria de análise histórica. O problema de pesquisa gira em torno de como a branquitude permeia as narrativas do jornal na finalidade de observar como o racismo atravessou as perspectivas feministas no contexto da cidade de São Paulo durante a década de 1970. A proposta deste trabalho objetiva contribuir para a história do feminismo a partir do campo das relações étnico-raciais. A fonte de pesquisa é o jornal feminista Nós Mulheres - criado em 1976 na cidade de São Paulo, com circulação pelo Brasil até o ano de 1978. Identificado como um dos principais veículos da imprensa feminista na década de 1970, o Nós Mulheres marcou a história da imprensa alternativa brasileira.

Palavras-chave: Branquitude; Feminismo; História do Feminismo; História da Imprensa Alternativa; Imprensa Feminista; Nós Mulheres; Relações Étnico-Raciais; São Paulo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
Branquitude como categoria de análise:	11
O periódico como fonte de pesquisa:	12
1 - PANORAMA HISTÓRICO ANOS 70	14
1.1 - Movimentos Sociais:	18
1.1.1 - Movimento ou movimentos negros?	20
1.1.2 O Movimento Feminista no Brasil	24
1.1.3 - Raça e Gênero no Brasil:	27
1.2 - Imprensa Alternativa Feminista	30
2.1 - O percurso de organizações feministas: o Nós Mulheres e o Brasil Mulher:	32
2.2 - Narrativas da Branquitude: análise da universalidade feminista	37
2.2.1- RACISMO: Uma opressão a mais?	41
2.3 - Nós Mulheres e a Branquitude Crítica:	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
BIBLIOGRAFIA	55

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como principal objetivo realizar uma análise histórica das relações étnico-raciais no movimento feminista, através da perspectiva do conceito de branquitude na finalidade de evidenciar como as narrativas do jornal Nós Mulheres apresentam uma visão universal de mulher que fora bastante levantada pelo feminismo emergente da década de 70. Antes de introduzir alguns conceitos chaves para a pesquisa, me concentro agora nas razões que me levaram a pesquisar este tema que é urgente na História.

Como é muito debatido na universidade, principalmente nas ciências humanas, não há como realizar uma pesquisa de uma maneira totalmente neutra. O momento de seleção das fontes, seleção do que será pesquisado e de qual a abordagem aplicada identificam uma pesquisa parcial, não somente com os anseios e preferências da pessoa que pesquisa, como também com silenciamentos que surgirão nesta mesma pesquisa. Isso tudo está englobado no conceito de lugar de fala ou locus social. Tal conceito configura o fato de falarmos de perspectivas diversas, pois estamos em lugares diferentes na sociedade com base nos aspectos estruturais que atravessam o sujeito (raça, classe, gênero e orientação sexual). Dependendo de qual lugar falamos temos maior ou menor visibilidade e credibilidade do público:

O lugar social não determina uma consciência discursiva sobre esse lugar. Porém, o lugar que ocupamos socialmente nos faz ter experiências distintas e outras perspectivas. A teoria do ponto de vista feminista e lugar de fala nos faz refutar uma visão universal de mulher e de negritude, e outras identidades, assim como faz com que homens brancos, que se pensam universais, se racializem, entendam o que significa ser branco como metáfora do poder, como nos ensina Kilomba. (RIBEIRO, 2017, P.39)

Na linha de pensamento descrita acima por Ribeiro, precisamos entender que falar de um lugar significa também entender qual sua experiência partindo deste mesmo lugar. Além disso, por ser um conceito que reforça a reivindicação por mais espaço de fala na sociedade para pessoas que foram ao longo da história silenciadas pelo discurso branco eurocêntrico, por consequência esse mesmo discurso hegemônico enquanto uma autoridade discursiva será interrompido para que as mesmas vozes silenciadas tenham espaço. Para desenvolver o conceito, Ribeiro faz referência em seu livro a autoras como Grada Kilomba, Patricia Hill Collins, Bell Hooks e Gayatri Spivak. Estas autoras trazem

uma discussão enquanto o lugar em que ocupam na sociedade, questionando quando a mulher subalterna, perante a mulher branca, terá espaço de fala. Imbricado nisso encontra-se essa pesquisa, pois o objetivo é evidenciar detalhadamente como o discurso feminista que parte de uma referência universal de feminino — em oposição ao universal masculino e branco, se apresenta. Como uma pesquisadora branca que possui o privilégio de acessar uma universidade pública, algo muito restrito ainda a uma parcela menor da sociedade, entendo que o estudo da branquitude é necessário, tanto para o entendimento aprofundado do lugar social que eu enquanto mulher branca ocupa, quanto para evidenciar ao longo da história como esse lugar de mulher branca, que permitiu dar voz ao feminismo, também pode ter silenciado vozes de mulheres que não se encaixavam no padrão de feminista para a época.

Essa pesquisa foi uma experiência muito peculiar, principalmente pelo fato de ter sido redigida durante o período atual de pandemia no qual alguns se encontram em meio a incertezas e desesperos enquanto outros ignoram a situação crítica que nosso país evidencia com as crises sanitárias nas margens dos centros urbanos. Em meio a tudo isso, encontro-me na escrita do TCC e me vejo encontrando dificuldades de acesso a algumas leituras essenciais para o desenvolvimento da pesquisa com as restrições da quarentena pelo distanciamento social. Apesar disso, encontrei fontes ricas na [internet](#), com amigos e minha orientadora que permitiram que a pesquisa acontecesse. Tive a oportunidade de comprar um dos livros que não encontrei em lugar algum que permitisse eu trabalhar no conceito essencial da pesquisa: a branquitude. Essa experiência incomum possibilitou laços e descobertas que irei guardar para a vida, mas principalmente fez eu observar com minúcia os privilégios que me cercam e fazem bastante diferença no alcance de meus objetivos. De encontro com o conceito de lugar de fala anteriormente desenvolvido, pretendo com essa pesquisa utilizar esse lugar social que ocupo para realizar uma pesquisa antirracista que contribua nas análises do feminismo através das relações étnico-raciais, pois a branquitude limita olhares e silencia vozes, independente dos espaços que essa pertença étnica se encontra.

Branquitude como categoria de análise:

Os estudos da branquitude são pautados em análises multidisciplinares que se baseiam no conceito de raça como um construto social onde uma sobrepõe-se a outra para garantir seus privilégios e discriminar. De acordo com Frankenberg, a branquitude é um produto da história e é categoria relacional, diferente da negritude¹ — que tem caráter positivo ao ressignificar a imagem do negro imposta pelo branco historicamente através da afirmação de uma identidade negra brasileira, a branquitude é associada a algo a ser combatido e responsável pela desvalorização do ser negro. De acordo com Frankenberg, a branquitude é “*um lugar estrutural de onde o sujeito branco vê aos outros e a si mesmo, uma posição de poder não nomeada (...) da qual se pode atribuir ao outro aquilo que não atribui a si mesmo*”.(1995 Apud Carone e Bento, 2014:71).

Lourenço Cardoso ressalta que a branquitude não é homogênea e é passível de mutações de acordo com seu contexto histórico e posição geográfica. Com base no *Critical Whiteness Studies*, referência dos estudos da branquitude nos EUA, Cardoso afirma que a prática racista se expressa de múltiplas formas, existindo assim múltiplas maneiras da branquitude se expressar. Ele mesmo irá trabalhar com duas formas de expressão da branquitude, a acrítica e crítica. De acordo com o sociólogo a branquitude acrítica é o grupo ou indivíduo racial branco que defende a manutenção da superioridade racial branca, idealizando uma purificação da raça branca, evidenciando a brancura e embasando se em teorias eugênicas. Já a branquitude crítica abrange os sujeitos brancos que reprovam publicamente o racismo, porém não necessariamente racializando o branco, mas evidenciando as opressões dos negros. Além disso, Cardoso analisa os estudos da branquitude no Brasil e conclui que a utilização do conceito enquanto categoria de análise nas pesquisas brasileiras é recente. (CARDOSO, 2008). No entanto, como Cardoso mesmo confirma, Alberto Guerreiro Ramos já criticava a branquitude na década de 50 denominando-a de brancura. Ramos denunciou o que

¹ Termo originado nos estudos literários do poeta caribenho francês Aimé Césaire no século XX. Negritude tem origem com o movimento literário que deu espaço para pensadores negros expressarem sua indignação e anticolonialismo na África. O conceito tem ressignificado ao longo da história, no ocidente foi internalizado pelo Movimento Negro na afirmação da identidade racial negra através do resgate das raízes africanas na cultura brasileira e da história do povo negro na formação do estado brasileiro. in: MUNANGA, Kabengele. 1990. Negritude Afro-Brasileira: Perspectivas E Dificuldades. *Revista De Antropologia* 33 (dezembro), 109-17.

chamou de estudo do negro-tema realizado pelos pesquisadores brasileiros, em sua maioria sociólogos e antropólogos. De acordo com Ramos, esse movimento de análise do Outro realizado por pesquisadores brancos só reafirmava mais a branquitude destes, pois negavam a si mesmos como seres racializados e sujeitos agentes do racismo.

Além de Cardoso e Ramos, a pesquisadora da branquitude no Brasil, Maria Aparecida Bento - em sua tese de doutorado em psicologia social, desenvolve o conceito de pacto narcísico, que está imbricado na branquitude e irá contribuir na análise das narrativas da branquitude no jornal *Nós Mulheres*. De acordo com Bento,

O silêncio, a omissão, a distorção do lugar do branco na situação das desigualdades raciais no Brasil têm um forte componente narcísico, de autopreservação, porque vem acompanhado de um pesado investimento na colocação desse grupo como grupo de referência da condição humana.(BENTO, 2002, P.6).

O pacto narcísico é a maneira com que o grupo racial branco se mobiliza na autopreservação e na preservação de seus privilégios quando se sentem ameaçados pelo grupo racial não branco, se aliando ao espelhamento e excluindo aquele que não representa seu reflexo. Com isso, Bento faz uma crítica aos pesquisadores brancos que ao longo dos anos e em muitas áreas de conhecimento não pensavam em analisar o racismo partindo do privilégio de si mesmos, mas da opressão do Outro. O pacto narcísico que ela aponta como importante para entender as discriminações raciais é baseado no conceito narcisismo de Freud. Ou seja, o amor a si mesmo, ao seu reflexo é semelhante que gera repulsa do que é estranho e diferente de si, no caso o Outro que não-branco. Segundo Freud, é como se o que é “estranho” ou “diferente” pusesse em questão o que é considerado “normal” e “universal” o forçando a modificar-se, tornando a autopreservação a maneira de tornar imutável o que é “universal” a ponto de não desestruturar o *status quo* racial.(Bento & Carone, 2002).

O periódico como fonte de pesquisa:

Para a pesquisa foram utilizadas três edições (n.º1, n.º4, e n.º5) entre essas, a análise de dois editoriais, duas reportagens, duas capas e uma matéria². O periódico *Nós Mulheres* tem oito edições publicadas no período de 1976 a 1978, com circulação por todo o Brasil. A sede do jornal localizava-se na cidade de São Paulo, na qual o grupo

² A matéria racismo terá um subcapítulo no segundo capítulo de modo a esmiuçar como esse tema foi abordado pelo jornal.

Associação de Mulheres encontrava-se. O ano de 1975, com a instituição pela ONU como o Ano Internacional das Mulheres possibilitou maior intensificação nas organizações feministas, que até então estavam restringidas aos encontros privados.

Como já mencionado, a fonte de pesquisa que foi utilizada para o TCC abarca as edições do jornal *Nós Mulheres* na década de 70. A utilização da imprensa alternativa como fonte e objeto de pesquisa em história tem aumentado nas últimas décadas. Desde os anos 70 uma reviravolta no tipo documental de fonte na historiografia possibilitou uma diversificação de problemas de pesquisas e assim sendo uma maior abrangência dos tipos documentais possíveis de serem utilizados tanto como fonte como objeto de pesquisa. Capelato ressalta os cuidados ao utilizar a imprensa como fonte, pois muitos pesquisadores a utilizam apenas como confirmação de hipóteses pré-afirmadas, algo que pode gerar problemas teóricos. É importante olhar para a imprensa a partir de uma visão crítica da função do periódico que pretende-se utilizar, assim sendo contextualizando e abordando quais os interesses e público alvo que o jornal escolhido almejava alcançar.(PINSKY,2014) Não é um método simples o processo de escrita da história por meio da imprensa. Enquanto há pesquisadores que negligenciam o jornal como fonte importante no entendimento do tempo histórico estudado, há também pesquisadores que utilizam a imprensa como fonte imparcial e neutra, a tomando como verdade de modo a corroborar algo pré estabelecido pelo investigador.(PINSKY, 2014,p.118).

Assim sendo, a utilização da imprensa alternativa feminista como fonte documental e objeto de pesquisa desta monografia necessita da observação crítica das fontes a partir de um questionamento de alguns fatores: qual seu público alvo? Em qual contexto o periódico se insere? Qual a trajetória do periódico? Quais os objetivos do jornal?

Embarcados nesses questionamentos, pretendo retomar a História do Feminismo por meio da imprensa alternativa a partir do uso do conceito de branquitude para averiguar como a visão universal feminista marginalizou muitas vezes mulheres *não-brancas*³ do movimento.

³ O conceito de *não-branco* utilizado ao longo de todo trabalho tem bases referenciais no artigo de Gabriele Oliveira. Um dos referenciais teóricos de Oliveira é Lia Schumann e de acordo com Oliveira, A pessoa não-branca cuja identidade racial foi negada pode passar toda a vida em um limbo, um não-lugar, uma não-voz. Ou pode também reivindicar sua negritude ou descendência indígena, através da luta e da

A partir da utilização da branquitude para analisar a narrativa jornalística do *Nós Mulheres*, o trabalho se dividirá em dois capítulos. Dito isso, o primeiro capítulo é focado no contexto da guerra fria e as tensões desse período nas Américas com a implantação dos regimes militares, necessário para entender como a ideologia anticomunista influenciou a sociedade brasileira no período. Além disso, abrangerá neste capítulo uma breve trajetória do Movimento Negro e Feminista que emergiam com força na década de 70, abrangendo também alguns diálogos e as tensões que permitiram a eclosão do Feminismo Negro na década de 80. O segundo capítulo desta monografia abrangerá a análise detalhada de algumas edições selecionadas do periódico *Nós Mulheres*. O capítulo aborda a trajetória do periódico e as tensões no feminismo quanto aos objetivos do movimento perante aos acontecimentos do período. A partir disso, o problema de pesquisa é trabalhado a partir de análises de alguns trechos específicos do periódico, desde o sujeito ao qual o jornal se direciona até mesmo as narrativas quanto aos problemas enfrentados pelas mulheres brasileiras. Ao final do capítulo iremos identificar como a branquitude se expressa na narrativa e quais pontos são possíveis de observar seus mecanismos.

1 - PANORAMA HISTÓRICO ANOS 70

Os eventos que se desenrolaram no período pós-Segunda Guerra Mundial, impulsionados pelos conflitos entre as ideologias bipolares predominadas pelos EUA e URSS, demarcaram processos de mudança nas esferas políticas, culturais, sociais e econômicas em todo o globo. Alguns destes eventos, em uma perspectiva macro, protagonizaram no contexto geopolítico e trouxeram mudanças significativas no sistema vigente tais como as lutas anti-coloniais pela independência nos países da África e Ásia; o boom econômico da terceira fase da revolução industrial já instalada; a reviravolta cultural dos movimentos de contracultura e sociais; os regimes militares que se instauraram nos países do Cone Sul na América Latina.

militância ativa(...) ser não-branca não é algo por si só. É a tomada dos processos ideológicos que compõem e moldam a sociedade, o afeto, o ódio, o trabalho. Ser não-branca é se tornar não-branca. É tomar posse dessa consciência e lutar por ela. Oliveira, Gabriele. “*As não-Brancas- Identidade Racial e Colorismo no Brasil.*” publicado em 17/04/2020, no site: <https://falauniversidades.com.br/as-nao-brancas-identidade-racial-e-colorismo-no-brasil/>

As corridas armamentista e espacial acabaram respingando em países que não estavam diretamente a par de tais conflitos político-ideológicos, porém sentiram de maneira cruel e violenta suas consequências. Podemos citar os atritos como a Guerra do Vietnã e a Guerra das Coreias que tiveram envolvimento direto de potências como China, EUA e URSS no fornecimento de material bélico e soldados - Para além de apoio estratégico dessas regiões, o envolvimento dessas potências em tais conflitos tratavam-se também de uma defesa dos interesses econômicos ameaçados. Inseridos nesse contexto de tensões entre regimes socialistas e capitalistas, os processos de descolonização na África e Ásia tiveram maior visibilidade no panorama global. No que se refere a isso, a descolonização para José Rivair

“[...] Foi influenciada pelos jogos de interesse que opunham as duas superpotências mundiais, que tiveram papel importante nos rumos tomados pelas jovens nações. Divergentes em muitos aspectos, e concorrentes no complexo quadro da geopolítica na era da bipolaridade, EUA e URSS, por razões ideológicas, políticas e estratégias diferentes, opunham-se ao colonialismo. Contribuíram para a difusão de ideais anticoloniais e apoiaram as jovens nações em sua marcha para liberdade[...]” (MACEDO, 2015,P.158,159)

É interessante ressaltar que mesmo respaldando a descolonização nessas regiões, não podemos nos deixar enganar com os propósitos por trás do interesse das potências mundiais em apoiar os processos de independência nos continentes africano e asiático. A manutenção do capitalismo pelos EUA era sua missão ao longo das disputas ideológicas, logo qualquer que fosse a ameaça a esse sistema econômico mundial, era uma ameaça direta aos seus interesses. No contexto latino-americano, o conflito dos mísseis na ilha cubana teve bastante expressão com a ameaça iminente de um conflito direto entre URSS e EUA. A ilha de Cuba havia passado pelo processo de revolução socialista na década de cinquenta — fora liderado pela figura de Fidel Castro e seu aliado Ernesto “Chê” Guevara — e estava com relações rompidas com os EUA já fazia alguns anos.

O início desse confronto entre os EUA e a URSS dera-se pelo fato desta última potência ter saído fortalecida da Segunda Guerra. Os EUA defrontavam se cada vez mais com um concorrente forte e inimigo ideológico, que a qualquer momento ameaçava ter sucesso na expansão de políticas socialistas. Isso foi crucial para os

avanços ultrajantes desta potência em regiões de sua influência. Enquanto a URSS, ainda que mantivesse uma política de defesa e apoio dos socialismos, temia fortemente a hegemonia capitalista que se mantinha em pé durante a guerra fria. Hobsbawm ressalta a importância de disseminação de uma representação do inimigo iminente soviético no fortalecimento de mentalidades em prol do capitalismo:

Um inimigo externo ameaçando os EUA não deixava de ser conveniente para governos americanos que haviam concluído, corretamente, que seu país era agora uma potência mundial (...)Mais concretamente, a histeria pública tornava mais fácil para os presidentes obter de cidadãos famosos, por sua ojeriza a pagar impostos, as imensas somas necessárias para a política americana. E o anticomunismo era genuína e visceralmente popular num país construído sobre o individualismo e a empresa privada, e onde a própria nação se definia em termos exclusivamente ideológicos, (“americanismo”) que podiam na prática conceituar-se como o pólo oposto ao comunismo.(HOBSBAWM, 1995, P.184,185)

A disseminação da ameaça do comunismo fora propícia na finalidade de gerar um efeito de temor na maioria dos cidadãos americanos a ponto de disporem de tudo para defender a economia vigente de seu país. Conseqüentemente, a suposta ameaça do comunismo em outras regiões da América Latina justificou as medidas interventivas pelos EUA nos países os quais prevaleciam conflitos internos de cunho político-ideológico. Apoiado e financiado pelo governo norte-americano, instauraram-se regimes de cunho militar e civil que obedeciam à hegemonia capitalista. No Brasil, o golpe militar em 1964 — apoiado em massa pelos setores da burguesia brasileira — marcou o início de um processo de regimes que logo se expandiu para países vizinhos e institucionalizou o terror contra aqueles que opunham-se aos regimes instaurados. A ironia estava justamente em uma defesa efervescente da democracia pelos setores conservadores ao manifestarem-se contra as reformas de base de Jango, acusando-o de comunista. As manifestações anti governistas e anti reformistas, posteriormente denominadas como Marcha da Família com Deus pela Liberdade, protagonizadas por mulheres da classe média, foram articuladoras para a derrubada de Jango. A defesa de uma “democracia” por essa parcela apenas permitiu a instalação de uma ditadura através do golpe de 1964. (GONZALEZ e HASENBALG, 1982, p.17)

O discurso introdutório do pós- golpe de 1964 no qual os militares diziam abertamente que apenas iriam restaurar a ordem no país e pacificar os ânimos foi

aparentemente a prévia do que estava por vir. Marcos Napolitano ressalta que o golpe de 1964, bem projetado pelas elites conservadoras do país, a princípio era apenas a intervenção necessária no momento para que os interesses dessas classes não fossem feridos com as ameaças e promessas de reformas sociais do governo Jango - A reforma agrária era uma das promessas do presidente João Goulart que afetava diretamente os interesses dos latifundiários e empresários. Uma grande articuladora do golpe foi a imprensa privada⁴ integrantes dos setores afetados com as políticas reformistas de Jango. De acordo com Napolitano,

“A imprensa preparou o clima para que os golpistas de todos os tipos, tamanhos e matizes se sentissem mais amparados pela opinião pública ou, ao menos, pela “opinião publicada”. Como em outras épocas da história do Brasil, a opinião publicada não era necessariamente a opinião pública majoritária.” (NAPOLITANO, 2014, p.46)

Inserido nessa mesma linha de pensamento, o autor retoma os índices de aprovação de João Goulart nas vésperas do golpe, ao ressaltar como suas propostas o fizeram ser bem quisto por quase metade da população das cidades brasileiras. A tentativa de manipular as massas, até então, não estava saindo como planejado pelos meios de comunicação privados. O anticomunismo iminente que repercutiu nos EUA, tomava força nos setores que temiam ter seus interesses e privilégios diretamente afetados, algo que de certa maneira justifica as ações oportunistas dos militares com respaldo de setores da classe média.

A manutenção dos militares no comando do Estado brasileiro teve apoio de setores específicos durante um longo período. Um momento marcante para as classes abastadas foi o famoso “milagre econômico” que beneficiou diretamente essa parcela da sociedade. Lélia Gonzalez, ao contextualizar sobre esse momento peculiar e maquiado na história, afirma que esse tal de milagre foi resultado de uma aliança entre o estado militar, as multinacionais e as grandes empresas nacionais e que a dívida externa gerada custou muito caro para o trabalhador brasileiro. Então, Lélia denuncia a exclusão das massas na abrangência dos benefícios do tal milagre, além do uso de mão-de-obra barata, composta em sua maioria por trabalhadores negros, nas famosas obras faraônicas do período. Dessa forma, é necessário ressaltar que Lélia está denunciando o racismo

⁴ Importante destacar que a sociedade civil teve bastante participação no golpe de 1964.

estrutural no Brasil que desqualificava, em sua maioria, o trabalhador negro além de pô-lo em risco de vida cotidianamente. (GONZALEZ e HASENBALG, 1982, p.12,13).

A violência estrutural do racismo pelos aparatos estatais fortalecia-se com a instituição de atos institucionais, na finalidade de cessar direitos políticos e sociais básicos. A política da ditadura cassou partidos, censurou os meios de comunicação, institucionalizou a tortura física, psicológica e verbal em qualquer cidadão que transgredisse a lei ou fosse contra o regime ditatorial. O ápice da violência estatal foi após a instauração do Ato Institucional de nº5, momento de muita tensão e terror nos porões de delegacias entre outros espaços cedidos por empresas apoiadoras da ditadura. Segundo Céli Pinto,

O governo Médici inaugurou a partir de 1969 um regime de terror, radicalizando a política de repressão. (...)O espaço da política ficou reduzido a uma farsa, a censura extrapolou a questão política e chegou com muita força a questões ditas morais e de costumes, os estudantes de todos os níveis foram obrigados a passar por aulas de educação moral e cívica, promoveu-se um patriotismo ufanista que teve seu grande momento na Copa do Mundo de Futebol no México, em 1970, traduzido na frase emblemática “Brasil: ame-o ou deixe-o”. Aos opositores do regime restou a clandestinidade, o exílio, a luta armada ou simplesmente o silêncio.”(PINTO, 2003 ,p.43).

1.1 - Movimentos Sociais⁵:

A partir dos anos 70 podemos observar a eclosão de ações coletivas que levantavam questões específicas como problemas a serem discutidos perante a sociedade civil. A constante contestação dos valores morais e conservadores da sociedade vigente no período e a politização de espaços sociais foram características marcantes de tais ações.

No Brasil, houve um efeito tardio quanto a organização política dos movimentos sociais contestatórios devido ao regime militar e o envolvimento com a luta armada como compromisso da maioria dos militantes de esquerda do período. Sem mais

⁵ Gohn estabelece sua conceituação que caracteriza os movimentos sociais como ações sociopolíticas construídas por atores coletivos de diferentes classes sociais, numa conjuntura específica de relações de força na sociedade (1997, Apud GOSS e PRUDENCIO, 2004, p.78).

delongas, os movimentos de cunho social que levantam questões específicas surgem devido a uma demanda de um olhar da militância pós-luta armada, além da visão macro da opressão de classe social, mergulhando na perspectiva micro na qual identificam os sujeitos sociais enquanto diferentes entre si com demandas específicas (gênero, raça, classe, etnia, renda, orientação sexual. Até então, através da abordagem marxista, observava-se que existia uma classe social coletiva, o proletariado - esse seria o suficiente para mobilizar a estrutura econômica opressora através de uma união dos indivíduos que a pertencesse, segundo a mentalidade da esquerda nesse período. De acordo com Laclau (1986, Apud GOSS e PRUDENCIO,2004,p.77) os movimentos sociais que surgem na América Latina tem um caráter de ruptura com os movimentos de cunho “totalizante” ao especificar as necessidades dos sujeitos.⁶

Ainda neste capítulo, irei retomar a questão da desigualdade social como elo importante de debate e diálogo inserido nos movimentos sociais. Com base nos argumentos discutidos, irei centralizar a discussão a seguir na formação do Movimento Negro e do Movimento Feminista, ressaltando que ambos não são homogêneos, contendo divergências comuns aos movimentos coletivos e constituídos pela pluralidade de identidades sociais. Assim sendo, será necessária uma breve retomada da trajetória do Movimento Negro para um entendimento aprofundado do conceito de branquitude enquanto categoria de análise da fonte de pesquisa desta monografia. O conceito de branquitude emerge da necessidade de analisarmos a branquitude que subjuga identidades não-brancas, no estudo das relações étnico-raciais. A demanda desse olhar para o branco e seus mecanismos de opressão na psicologia e antropologia foram possíveis graças às exigências de intelectuais negros e negras que denunciaram a objetificação do negro nos estudos antirracistas, propondo uma consciência coletiva de que o racismo não é problema do negro, mas sim um problema social e de todos, no qual o branco é principal agente na história.

O segundo capítulo será focado no problema de pesquisa, devido a isso, para entendermos como foi o processo de organização do jornal feminista Nós Mulheres será

⁶ Joan Scott - uma das teóricas do conceito de gênero por defendê-lo enquanto uma categoria de análise histórica urgente, criticou veemente a teoria de classe operária de Edward Thompson por esse masculinizar a classe estudada como se houvesse somente homens operários no século XIX. (SCOTT, 2008).

necessária uma abordagem breve da situação do feminismo no período em que o jornal nasce, analisando quais são suas referências enquanto periódico feminista no Brasil - entendendo que as organizações feministas na América Latina tem suas especificidades, não podendo comparar com as experiências feministas no hemisfério norte.

1.1.1 - Movimento ou movimentos negros?⁷

Antes de percorrer brevemente pela trajetória desse movimento social, é necessário especificar a que movimento esta pesquisa se refere e irá embasar para contextualizar a fonte de pesquisa. Ao intitular um capítulo de seu livro com a pergunta acima, Gonzalez ressalta que não é possível falarmos de movimento negro no singular sem considerar as múltiplas formas de resposta ao sistema escravagista protagonizado por negros e negras enquanto escravizados. Assim como as várias maneiras de resistência através de aquilombamentos, religiões de matriz afro, práticas culturais que carregam a permanência de valores e identidades negras que foram ameaçadas e violentadas. Para González, ao utilizarmos o Movimento Negro no singular, estamos destacando sua especificidade, *“só que esse movimento, cuja especificidade é o significativo negro, existem divergências, mais ou menos fundadas quanto ao modo de articulação dessas especificidades”*(GONZALEZ e HASENBALG,1982,p.18,19).

Dentro dessa mesma discussão, o historiador Amílcar Pereira, em sua tese de doutorado, retoma alguns autores para esmiuçar essa diferença de conceituação. Além de citar Lélia Gonzalez, Pereira retoma as conceituações construídas por Joel Rufino Santos. Conforme Santos, o movimento negro no seu sentido ampliado abrange todas as entidades e ações em qualquer momento na história promovidas por negros e negras — essa definição assemelha-se ao significado de movimentos sociais discutido por Gonzalez. Já em seu sentido estrito, Santos denomina assim o movimento negro que tem como princípio a luta contra o racismo. (Santos, 1985, Apud Pereira, 2010, p.82). Com base nisso, irei nessa pesquisa referenciar o Movimento Negro enquanto específico para combate ao racismo nos anos 70, um movimento social que

⁷ Título de capítulo do texto de Lélia Gonzalez na obra Lugar de Negro(1982), escrita com a coautoria de Carlos Hasenbalg (GONZÁLEZ e HASENBALG , 1982,p.18)

tem como particularidade a atuação em relação à questão racial. Sua formação é complexa e engloba o conjunto de entidades, organizações e indivíduos que lutam contra o racismo e por melhores condições de vida para a população negra, seja através de práticas culturais, de estratégias políticas, de iniciativas educacionais, etc.; o que faz da diversidade e pluralidade características desse movimento social”. (PEREIRA,2010, p.81)

Desde antes da abolição existem organizações negras e indígenas de combate ao sistema colonial implantado pelo branco europeu. Por muito tempo os negros africanos lutaram por sua liberdade, muitas vezes caindo em combate, mas permanecendo na memória de luta pela liberdade. A retomada histórica dessas organizações tem guarida no silenciamento que há sobre o protagonismo dos negros e indígenas na construção da sociedade brasileira. Dentro dessa necessidade está a importância de retomar a branquitude na história do país, analisando como esta permeou as políticas de branqueamento de regiões específicas, na necessidade de tornar o país o mais próximo possível das comunidades europeias. A mobilização dos negros foi apenas uma resposta a violenta repressão que esses foram submetidos durante e após o período escravocrata. A política de branqueamento no qual beneficiou os brancos brasileiros e imigrantes no século XIX⁸, apenas era o indício da violência simbólica contra a população afro-brasileiros e indígena.

Organizações negras ocorreram por todo o Brasil, desde o século XIX. Com a intensificação das políticas eugenistas do Estado, embasados em teorias raciais e pseudocientíficas, houve também um crescimento de organizações de combate ao ‘preconceito de cor’ na virada do XIX para o XX.(PEREIRA,2010) Cresceram de forma simultânea em todas as regiões do Brasil organizações negras que resistiam ao processo de anulação dos negros na sociedade brasileira. Em São Paulo, na década de 30, a organização Frente Negra Brasileira⁹ teve destaque. De caráter nacionalista, apesar

⁸ Em meados do século XIX, a Corte Real Brasileira permitiu que brancos que comprovassem sua pureza racial recebessem terras sem necessidade de comprá-las. A finalidade era permitir que povos brancos, muitas vezes de origem europeia, se instalassem no país numa tentativa de “embranquecer” a população brasileira. In: ROSA, Marcus Vinícius Freitas. O PRIVILÉGIO DA COR: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, RACIALIZAÇÃO E IDENTIDADES BRANCAS NO BRASIL ESCRAVISTA (1808-1850). ANPUH - BRASIL -30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA- RECIFE, 2019.

⁹ A FNB foi criada em 1931, em São Paulo, no início da Era Vargas. A FNB, com característica de um nacionalismo típico de outros movimentos do período, tinha o propósito de incluir o negro na sociedade através de sua educação, inserindo dos espaços nos quais eram reservados somente à brancos- sem necessariamente transformar a estrutura social do racismo. Pereira aborda o encerramento dessa organização no mesmo período de instalação do Estado Novo (PEREIRA, 2010, p.91)

de haver muitas divergências internas sobre os propósitos do grupo, o FNB tem seu encerramento no ano de 1937, com a implantação do Estado Novo de Vargas. (PEREIRA,2010) Após o Estado Novo, organizações de combate ao racismo tomavam forma, devido à inspiração nos movimentos internacionais de descolonização na África e de valorização da cultura e identidade negra nos múltiplos aspectos da sociedade. A partir da década de 70, há um movimento de valorização da negritude por parte das organizações negras pelo Brasil.

O Movimento Negro Contemporâneo, detalhado por Amílcar Pereira, tem referências dos movimentos anteriormente citados, porém com propostas e ações mais detalhadas e específicas de luta, em resposta a um status quo racial que alimentava a mentalidade de uma harmonia entre “raças”, denominada democracia racial. Esse mito fora denunciado pelo MN, devido ao escancarado descaso do Estado e da sociedade com a situação da população negra marginalizada pelas políticas de branqueamento do país. Pereira aborda em sua tese como a criação em 1978 do Movimento Negro Unificado em São Paulo é considerado um marco histórico tanto para militantes do MNU quanto para os pesquisadores da área, pois transformou a luta contra o racismo no Brasil em pleno auge da ditadura no país.(PEREIRA, 2010, p.98). O MNU valorizou o resgate das identidades negras, através de uma afirmação da dignidade dos povos negros na história, propondo a conscientização do povo negro sobre sua própria opressão, de modo que todos acordassem para o racismo, para enfrentá-lo.

O Grupo Palmares em Porto Alegre, em 1971, protagonizado por Oliveira Silveira, propôs uma mudança histórica na data de valorização do povo negro, através da criação de uma nova data comemorativa que valorizasse a luta do povo preto por sua libertação, e não uma data que valorizava a “libertação” pelas mãos de uma princesa branca. A construção do dia 20 de novembro enquanto o dia da Consciência Negra repercutiu no país, tornando-se feriado na maioria dos estados brasileiros.¹⁰ A ressignificação do dia de valorização da liberdade, resistência e luta recuperou a memória do líder quilombola Zumbi dos Palmares. Pereira retoma como a revisão

¹⁰Para saber mais sobre o tema, acessar em <https://www.geledes.org.br/grupo-que-idealizou-o-dia-da-consciencia-negra-teve-de-dar-explicacoes-ditadura/>

histórica quanto a formação do país foi questionada pelo MN na década de 70 e pôs em pauta a identidade nacional branca de fachada, ressaltando o protagonismo negro na formação do Brasil(PEREIRA,2010). Conforme Pereira(2010) ressalta, não é possível retomar de forma linear as diversas organizações negras antes, durante e após o período ditatorial, mesmo que cada grupo citado tenha seus aspectos gerais e objetivos centrais, todos tinham discordâncias no que se refere aos propósitos de luta, originavam-se em simultaneidade por todo o Brasil de maneira a atender as necessidades locais dos povos de cada região.

As ações de militantes do MNU¹¹ e aliados a esses permitiram avanços na criação de políticas públicas para a população negra, permitindo maior representatividade nas mídias, além de atenção especial na saúde dessa parcela que é maioria no Brasil. Entre muitas conquistas, as análises acadêmicas acerca de raça e racismo promoveram um debate intelectual internacional quanto às especificidades da questão racial no Brasil, com a denúncia do mito da democracia racial, por exemplo, ao ser ressaltado algumas discrepâncias entre os direitos básicos atendidos à população branca e não-branca no Brasil durante os anos 70(PEREIRA,2010).

Os estudos acadêmicos de raça e racismo protagonizados por intelectuais negros e brancos priorizavam uma análise multidisciplinar do negro e como esse enfrenta os problemas do cotidiano em um sistema racista que é o Brasil. Em meados dos 90, os Estudos Críticos da Branquitude¹² propõem uma nova perspectiva de análise dos mecanismos racistas através de estudo dos aspectos sociais, psicológicos, culturais e históricos do sujeito branco e como este se beneficia de uma ideologia racista que empodera o branco e o coloca como referência universal de humano, de uma forma que subalternizar outros modos de ser no mundo.

¹¹ Pereira argumenta que somente nos anos 70 com a formação do Movimento Negro Unificado que tomou força a denúncia da situação precária dos negros e negras no país, segundo ele, a “*denúncia do mito da democracia racial e a construção de identidades político-culturais negras são características chaves do movimento negro contemporâneo da década de 70, diferentemente dos movimentos anteriores*”. (PEREIRA,2010,P.98,99)

¹² *Whiteness Critical Studies* foi criado nos anos 90 nos EUA, influenciando as acadêmicas brasileiras na mesma década.(apesar de existirem já trabalhos de intelectuais negros que denunciasses a posição do branco na sociedade)

1.1.2 O Movimento Feminista no Brasil

Entre os movimentos sociais que eclodiram na década de 70, nos quais protagonizou grupos diversificados e multifacetários, o movimento feminista ganha visibilidade no momento denominado como segunda onda do feminismo.(PINTO, 2003). No Brasil, a pauta feminista não era novidade no horizonte. Desde finais do século XIX observa-se o movimento das mulheres reivindicando o direito ao sufrágio feminino e por questões básicas como o acesso à educação. Dentre as conquistas nos espaços políticos, a mulher brasileira tinha muito ainda que caminhar, e foi no turbilhão dos anos de chumbo que nos deparamos com as protagonistas das guerrilheiras e com elas, os papéis socialmente atribuídos à mulher sendo confrontados. A subversão feminina na ditadura civil-militar nos rendeu muitos trabalhos científicos necessários para entender como a questão de gênero foi um ponto crucial nas repressões e mecanismos de torturas que foram específicas para a mulher. Diferente dos movimentos anteriores, o feminismo dos anos 70 levantou as pautas de gênero, porém com bastante influência do contexto brasileiro. A situação no país era de precariedade na educação, saúde, acesso à creche, condições de trabalho entre outras ocorrências corriqueiras na vida da maioria das mulheres brasileiras. Assim sendo, as militantes feministas priorizaram o olhar para as mulheres desfavorecidas do sistema. Ainda sim, a característica principal do movimento neste período foi trazer questões que antes eram restritas ao espaço privado para o público, politizando questões como a família e os papéis socialmente atribuídos à mulher.

É essencial diferenciarmos o feminismo na América Latina do feminismo no hemisfério norte. O movimento feminista emergente dos anos 70 tem inspirações nos feminismos americanos e franceses¹³, mas com suas especificidades devido ao período de ditadura militar e as particularidades da América Latina no tocante à marginalização do continente na questão político-econômica mundial. Uma parte dos grupos feministas foi formado por militantes egressas do exílio pós luta - armada e as que permaneceram no Brasil, tiveram que enfrentar os desafios de levantar a bandeira feminista no movimento de esquerda, um espaço ainda muito masculinizado e branco. Além de

¹³ Inspirados pela obra de Simone de Beauvoir, o Segundo Sexo (1949). Simone discutiu a subalternidade do gênero feminino perante o masculino, questionando a referência universal do homem.

enfrentar o anti feminismo exacerbado da ultra direita ditatorial. As militantes feministas no Brasil enfrentaram particularidades ao dialogarem com os aspectos do feminismo europeu, discutidos no Círculo de Mulheres Brasileiras¹⁴ em Paris. Na França, as exiladas depararam-se com o movimento feminista na onda pós 1968, a autonomia estudantil e o protagonismo dos movimentos sociais aflorando em grande parte da Europa. Em contrapartida, enquanto as mulheres em exílio na Europa entravam em contato com o fervor da libertação da mulher, as organizações feministas no Brasil estavam restritos aos grupos fechados e secretos, algo muito exclusivo, ao qual as adeptas ao movimento eram convidadas pelas integrantes dos grupos para adentrá-los.(PINTO,2003).

A partir da reabertura política, no governo Geisel, as exiladas retornam ao Brasil trazendo referências feministas para a realidade do País. Então, quanto a organização do movimento no Brasil a partir de 1975, os grupos aqui formados e os grupos que retornaram do exílio tiveram algumas divergências no que tange aos propósitos do feminismo no país, pois a situação no Brasil, segundo Céli Pinto:

Não pode escapar da dupla face desse problema: por um lado, se organiza a partir do reconhecimento de que ser mulher, tanto no espaço público como no privado, acarreta consequências definitivas para a vida e que, portanto, há uma luta específica, a da transformação das relações de gênero. Por outro lado, há a consciência muito clara por parte dos grupos organizados de que existe no Brasil uma grande questão: a fome, a miséria, enfim, a desigualdade social, e que este não é um problema que pode ficar de fora de qualquer luta específica. (PINTO, 2003,p.45)

A crítica à mentalidade de uma luta universal e totalizante contra o capitalismo fora característica das primeiras organizações feministas na reabertura política. Se até o momento de reabertura política, observava-se um receio nas discussões quanto à opressão sexual, no ano de 1975 esse receio toma novos rumos. O Ano Internacional da Mulher instituído pela ONU como sendo 1975 o primeiro ano da década da mulher encorajou grupos clandestinos a organizarem oficialmente, com a política de estudos da saúde da mulher, a inserção no mercado de trabalho, entre outros aspectos que eram específicos da questão de gênero. Foi durante esse período que surge dois jornais

¹⁴ O Círculo de Mulheres Brasileiras foi fundado entre 1975 e 1976 em Paris por iniciativa de algumas mulheres militantes de organizações de esquerda, entre elas Regina Carvalho, militante de campanha.(BASTOS,2007,P.71)

feministas que marcaram a década de 70¹⁵, o Brasil Mulher (1975) criado pela organização Sociedade da Mulher e o Nós Mulheres (1976) criado pela Associação de Mulheres, que se inspirou no antigo periódico do Grupo Latino Americano em Paris, o *Nosotras*. (PINTO, 2003). O feminismo ganha impulso a partir de uma visibilidade internacional da questão de Gênero, na década de 70, no momento em que o Brasil enfrenta as desigualdades sociais e raciais, exigindo das organizações feministas priorizar a questão da classe social que atravessava a condição das mulheres no país. A visão da opressão de classe foi bastante expressiva no discurso feminista, as militantes do movimento priorizaram o olhar para as mulheres pobres e sem acesso ao feminismo que elas estavam desfrutando. Apesar das divergências e contradições encontrados nas organizações, Moraes considera o movimento como interessante para analisar as articulações das militantes frente às dificuldades, de acordo com a autora:

“as feministas brasileiras, sem abdicarem da especificidade de suas bandeiras de lutas enquanto mulheres souberam traçar políticas de alianças com outras forças oposicionistas no processo de “lutas pelas liberdades democráticas.” (MORAES,1996,p.7)

Inseridas nas “lutas pelas democracias” mencionadas pela autora, haviam mulheres que também reivindicavam seus direitos enquanto brasileiras através de organizações e pautas que abrangiam as necessidades básicas das massas, porém não necessariamente afirmando-se como feministas. Céli Pinto reforça a importância de distinguir o Movimento Feminista e o Movimento de Mulheres, apesar de ambos estarem associados. De acordo com a autora, os movimentos de mulheres não foram organizados para questionar a condição de opressão da mulher, mas para demandar melhorias na condição de vida, como a situação péssima de saneamento básico nas regiões periféricas, a ausência de auxílio e creches para as mães que trabalhavam em baixas remunerações, atendimentos de saúde precários, entre outros¹⁶. Enquanto as mulheres feministas, apesar do discurso de representar a luta de todas as mulheres (do proletariado) de condições precárias, localizavam-se em grupos seletos de mulheres de classe média, algumas intelectuais, que enfrentavam o dilema de representar a luta de

¹⁵ No segundo capítulo irei detalhar quanto as particularidades dos grupos e suas discordâncias quanto aos objetivos na luta feminista.

¹⁶ “são exemplos dessas organizações os movimentos contra a carestia, os clubes de mães, o movimento pela anistia e muitos outros” (PINTO, 2003, p.43)

classe e o combate ao patriarcado—em plena resistência contra o regime opressor, sem abdicar de nenhuma das lutas. As organizações das mulheres que não se denominavam feministas¹⁷ tinham como integrantes, em sua maioria, mães e esposas de diferentes situações financeiras que queriam, através de sua condição, interferir no mundo público. (PINTO, 2003) Ainda sim, não há como dissociar os movimentos de mulheres e feminismo, pois ambos referem-se às mulheres que interferem no espaço público e subvertem o papel da mulher imposto pelo patriarcado. Méndez, em uma análise mais detalhada, diz que, no sentido geral, o movimento de mulheres é associado a qualquer ação coletiva que tenha como protagonismo mulheres. Logo, os feminismos são um modo de movimento de mulheres, assim como também influencia de alguma maneira as organizações de mulheres que não se enquadram como feministas no período ditatorial, por exemplo(VINYES, 2018, p.324).

1.1.3 - Raça e Gênero no Brasil:

Como podemos observar, o movimento feminista no ocidente surge, principalmente, nos grupos de mulheres intelectuais que organizam se para discutir a condição da mulher. As brasileiras entram em contato com esse movimento através de seu exílio longínquo entre países estrangeiros, desde o Chile até os EUA e França. No hemisfério norte já surgiram lutas denominadas da segunda onda a partir da década de 60, tendo sua repercussão nas Américas uma década depois disso. Nesse mesmo momento, nos EUA movimentos raciais questionavam o status quo branco e as condições precárias que o negro americano se encontrava. Nesse embalo, mulheres não brancas denotavam a necessidade de articular a luta feminista com a questão de classe e a questão racial. Angela Davis é um dos nomes do feminismo negro que denota essa necessidade de explicitar as opressões e lutar através delas, sem que haja uma anulação de uma ou outra. No Brasil, a pensadora negra Lélia Gonzalez(1982) questiona o feminismo devido ao olhar distanciado dado pelo movimento social às mulheres negras, subalternizadas pela figura da mulher branca. A militante negra do período, Thereza Santos(1985), questionava os desnivelamentos no que tange à escolaridade entre negros

¹⁷Ainda que sejam mulheres em prol do bem comum, o uso de espaços públicos para denunciar a condição das mulheres.

e brancos, além de denunciar o racismo dos movimentos de esquerda do período, incluindo o próprio feminismo. Santos criticava as militantes feministas brancas, pois enquanto lutavam por mais dignidade no mercado de trabalho, mulheres negras trabalhavam muitas horas como empregadas doméstica em seus lares e cuidando de suas crianças.(CARNEIRO E SANTOS,1985).

Caldwell, em seu artigo intitulado “Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil¹⁸”, retoma a preocupação imediata de questionar o conceito de Gênero como categoria isolada na questão da mulher nos países do hemisfério norte. Além disso, ela questiona como mesmo sendo fortemente influenciado por esses países, o feminismo no Brasil priorizou secundarizar e até mesmo individualizar a questão racial, omitindo o caráter estruturalizado e de práticas sociais racistas na sociedade brasileira. Caldwell ressalta que no período que o feminismo da segunda onda formou-se no país, o mito da democracia racial influenciou as militantes brancas a secundarizar a questão racial em detrimento da questão de gênero. Ainda sim, podemos observar no Brasil nesse período um crescimento dos debates que levantam a situação da mulher negra. Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Sueli Carneiro e Thereza Santos são apenas alguns nomes que cito aqui para retomar a militância de mulheres negras que colocavam e ainda colocam em questionamento a limitação das esquerdas, movimentos feministas e negros no período.

A partir da segunda metade da década de 1980 podemos observar uma intensificação nas organizações de intelectuais e militantes negras que questionam a subjetividade do ser mulher, pautada pelo feminismo eurocêntrico branco, evidenciando as experiências do ser mulher negra. O feminismo negro no Brasil levantou questões necessárias e urgentes para o período quanto as discrepâncias entre as múltiplas formas de ser mulher no país, propondo um cuidado com as análises das opressões múltiplas de forma interseccional. Entretanto, se podemos notar que há tensões entre as questões raciais e feministas por distanciar quanto ao público, prioridade desses movimentos, é equivocado afirmar que não houve em nenhum momento uma aproximação entre ambos. A aproximação que pode ser observada gira em torno dos questionamentos às

¹⁸CALDWELL, Kia Lilly. Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil. disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11922>>. Acesso em: 06 out. 2020. doi:<https://doi.org/10.1590/%x>.

questões específicas em detrimento às questões de classe, priorizado pelas organizações de esquerda, como já discutido anteriormente. A prioridade na luta de classes é a libertação do proletariado do sistema capitalista. Logo, havia um entendimento de que a necessidade de lutar contra a hegemonia do imperialismo norte-americano era a única coisa que mantinha todos em situação de desigualdade. A desigualdade social nos discursos das esquerdas deste período iria romper-se no momento em que fosse implantado o comunismo. Com direcionamento fortemente influenciado pelo marxismo, as organizações de esquerda eram predominantemente formados por homens brancos, cis, heterossexuais e de classe média.

O Movimento Negro já denunciava as marginalizações da questão racial na derrubada das estruturas hegemônicas e que, diferente do que era alimentado nos grupos da esquerda organizada, a questão racial não era produto consequente da opressão de classe. A opressão racial, como defende o movimento negro, é institucionalizado e estrutural e se não fosse priorizada junto de outras questões, certamente permaneceria seja qual nova estrutura fosse instaurada no País. A partir da década de 70 que é possível observar uma tendência de aproximação entre as esquerdas e o Movimento Negro, que até então estavam concentradas em lutas distintas (PEREIRA, 2010,p.104, 105).

A situação do movimento feminista como luta contestadora, encontrou embates nas organizações de esquerda. O machismo escancarado dos homens de esquerda nos relatos das guerrilheiras apenas demonstrava a visão limitada dos movimentos de classe no período. Nas organizações havia funções separadas para homens e mulheres. Amelinha Teles¹⁹, em seu relato, afirma o quão difícil era para uma mulher na guerrilha pegar em armas. Ainda que nas organizações de oposição ao regime pudesse ser maior a aceitação de mulheres junto aos homens em uma visível equiparação nas lutas, os papéis permaneciam definidos para elas. É importante ressaltar, no entanto, que a mulher branca, ainda que fosse secundarizada nas esquerdas tradicionais do período, ainda tinha certa reciprocidade com a maioria masculina da classe média branca, isso será melhor desenvolvido no segundo capítulo desta pesquisa.

¹⁹ relato de Amelinha Teles (WOLFF et al.2019,p.21,22).

1.2 - Imprensa Alternativa Feminista

No seio da resistência contra a censura midiática e contra o poder hegemônico que se estruturou nos anos de regime militar, eclodiu uma imprensa específica que objetivava denunciar o governo ditatorial. Ao longo de todo o período citado, mais de 150 periódicos alternativos circularam pelo país, de acordo com Kucinski(1991). As diferenças entre a imprensa alternativa e a imprensa oficial estavam justamente nos papéis sociais que ambas desenvolveram no período. A imprensa oficial tivera uma participação ideológica expressiva no golpe de 1964 e, ao longo do período do regime, esteve condicionada a sua posição de omissão quanto às barbáries da época. Já a imprensa alternativa era produto da maioria de simpatizantes políticos da esquerda que repudiavam abertamente a censura e perseguições políticas escancaradas. Muitos jornalistas e atuantes nos jornais alternativos foram perseguidos, torturados e exilados ao longo de todo regime ditatorial. É necessário pontuar que a maioria dos periódicos que circularam pelo país no período eram atrelados a grupos contrários à ditadura que não estavam relacionados aos movimentos sociais. Entre os periódicos produzidos por militantes de movimentos sociais destacam-se na década de 70: *Lampião da Esquina* (Rio de Janeiro), *Sinba* (Rio de Janeiro), *Jornegro* (São Paulo), *Tição* (Porto Alegre), *Nós Mulheres* (São Paulo), *Brasil Mulher* (Londrina).

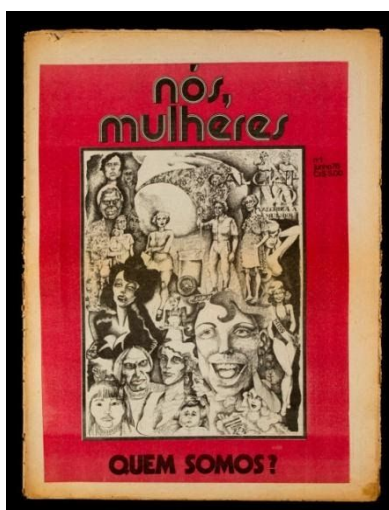
No que se refere à imprensa feminista, é importante diferenciá-la da imprensa feminina que emerge nos finais do XIX com uma proposta diferente da proposta feminista. Buitoni ressalta que ambas são feitas para mulheres, porém com objetivos diferentes. A imprensa feminina é aquela reforça assuntos referentes aos papéis socialmente atribuídos às mulheres, sem necessariamente exigir uma contestação destes papéis ou levantar questionamento quanto à estrutura patriarcal que subjuga a mulher. A imprensa feminista, como discutido anteriormente, é um produto do movimento social ascendente na segunda onda feminista, então ela tem o caráter contestatório dos papéis além de ter em sua composição, preferencialmente mulheres. (BUITONI, 1986, p. 08).

No capítulo seguinte iremos observar em mais detalhes o jornal *Nós Mulheres* e o contexto ao qual esse emerge, abordando as divergências no feminismo que levaram à cisão interna. O primeiro capítulo teve como objetivo central um panorama histórico

dos movimentos sociais na década de 70 na finalidade de entendermos as particularidades das narrativas feministas no *Nós Mulheres*. A partir do próximo capítulo, o problema de pesquisa será trabalhado a partir da perspectiva da branquitude enquanto importante para localizar as posições das falas do feminismo brasileiro.

2. “QUEM SOMOS?”:²⁰ A Branquitude no jornal feminista *Nós Mulheres*

Figura 1 - Capa da edição 1, Nós Mulheres²¹



O título deste capítulo foi pensado com a intenção de problematizar quem eram as mulheres que compunham o jornal *Nós Mulheres*. A expressão “quem somos?” é título da primeira edição do periódico — lançado no Brasil no ano de 1976 e que remete às leitoras um questionamento sobre o papel da mulher brasileira e suas atribuições. Ao

²⁰ Título da primeira edição do jornal *Nós Mulheres*, lançado no ano de 1976 pela associação das mulheres. Publicado com capa colorida, algo que não era usual do jornal, devido aos recursos limitados que vinham de doações.

²¹ Imagem disponível no site da Fundação Carlos Chagas: <https://www.fcc.org.br/conteudos especiais/nosmulheres/>

focar neste questionamento feito para aproximar as leitoras mulheres do feminismo é interessante observar sobre a quem o jornal se referia, já que iremos discutir neste capítulo as narrativas da branquitude referente às atribuições do ser mulher presente neste jornal. Ao examinar a postura de coletividade e familiaridade priorizada pelas escritoras do jornal, tem pela primeira vista a tentativa de aproximar as leitoras, como já exposto aqui, para que se engajem na luta e sintam-se pertencentes a um movimento que era muito maior que apenas a leitura do jornal. Essa tentativa de aproximação de certa maneira teve resultados positivos como examinaremos a seguir, mas também demonstrou às organizadoras deste periódico o quão distantes estavam os grupos de mulheres que estavam à margem do feminismo. Assim sendo, para averiguarmos estes distanciamentos e refletir como a branquitude está diretamente relacionada a isso, é necessário primeiro retomar brevemente a trajetória deste jornal e das mulheres responsáveis por este, para uma melhor compreensão do objetivo deste capítulo.

2.1 - O percurso de organizações feministas: o Nós Mulheres e o Brasil Mulher:

Assim como explanado no capítulo anterior, a imprensa feminista alternativa toma forças em um período de pós-luta armada no contexto ditatorial, no qual houve um abrandamento da censura para a imprensa. Os periódicos pioneiros desta fase são o Brasil Mulher e o Nós Mulheres, o primeiro lançado em 1975 pela Sociedade Brasil Mulher - durante o ano internacional da mulher concedido pela ONU, e o segundo um ano mais tarde pela Associação de Mulheres. Ambos os periódicos são característicos de uma primeira fase da imprensa alternativa feminista brasileira no final do século XX. Segundo Elisabete Cardoso, esta primeira leva da imprensa feminista visa denunciar a desigualdade de direitos entre homens e mulheres no país, além da denúncia do regime militar e de um apelo a anistia geral e irrestrita dos perseguidos políticos. A constante afirmação de uma luta pela igualdade de direitos entre homens e mulheres na finalidade do que o jornal denomina de “emancipação humana” das correntes do patriarcalismo e capitalismo. Aproximação com o Movimento pela Anistia; o envolvimento com partidos políticos de esquerda, exílio político são fatores comuns que cercam a vida das integrantes do Nós Mulheres(CARDOSO, 2006, P. 68). Inclusive, Maria Lygia Quartim

de Moraes, ex-integrante do corpo editorial do jornal Nós Mulheres, cita que na produção de ambos os jornais

[...]notamos a permanência das teses marxistas, que tinham a economia e a política como eixos. As articulistas defendiam a centralidade da luta anticapitalista, na medida em que, numa sociedade do grau de desigualdade social como a brasileira, toda e qualquer reivindicação de melhoria de vida passa pela dimensão econômica, mas, concomitantemente, propunham a autonomia do movimento de mulheres(MORAES,2012,p.118).

A criação do Nós Mulheres na cidade de São Paulo está enquadrada no contexto de cisão no próprio feminismo deste período. Apesar das aproximações nos debates e demandas nos periódicos feministas, ambos os grupos tinham desencontro de ideias quanto ao que priorizar nas pautas dos periódicos. Algumas militantes do período irão atribuir diferentes causas para a cisão. Segundo Rosalina Leite em um artigo, produto de sua tese de doutorado, ambos os jornais poderiam ter sido um só se não fossem pelas desavenças entre as próprias feministas. De acordo com Rosalina Leite, as cisões na esquerda, além de ser algo muito comum neste período, estavam mais relacionadas com os personalismos no grupo do que qualquer divergência política ou de cunho financeiro. Ao citar especificamente a imprensa feminista alternativa ela critica a postura das organizações feministas, pois

Essa forma de lidar com as diferenças e com o poder caracteriza os processos políticos tradicionais e têm profundas raízes na forma como se exercita o poder burguês e machista nas sociedades patriarcais. Por isso era de se esperar uma postura diferente por parte de feministas dos dois jornais em estudo. (LEITE, 2003, p.236)

Joana Lopes²², em uma perspectiva diferente, argumenta que a cisão tem raízes no exílio de muitas mulheres militantes que beberam do feminismo francês e voltaram do exílio com determinação de criar um jornal de oposição e questões específicas da mulher. Essa diferença entre os grupos relacionados a suas experiências com o feminismo influenciou bastante a formação do jornal Nós Mulheres - que nasce após a volta das brasileiras exiladas na França, principalmente, e resolvem inovar nas pautas sobre a mulher no Brasil. Tais pautas que estavam em vigor na Europa e que estavam também condicionadas à realidade da mulher europeia, francesa especificamente, sendo um debate bem fervoroso nas reuniões das feministas. Para Joana Lopes,

²² Fundadora do jornal Brasil Mulher - em londrina, no ano de 1975.

O Nós Mulheres era um bloco de mulheres privilegiadas, elas, era um bloco homogêneo de feministas era uma influência francesa das Ediciones des Femmes, intelectuais, o Brasil Mulher era aberto, tinha jornalista, tinha isso, tinha aquilo, tinha professora. Se destinava a um outro movimento, era um movimento aberto e como movimento aberto tinha uma tarefa política que era a tarefa política imediata que estava, que era nossa.(DEBÉRTOLIS,2002,P.77)

De acordo com Lopes, o fato de o Brasil Mulher ser composto por um grupo que experimentaram a militância em conjunto e já continham uma experiência jornalística profissional maior que o outro grupo, pesou na cisão. Além disso, o grupo que compunha o Nós Mulheres possuíam uma carga intelectual e domínio maior de pautas específicas da mulher, enquanto o Brasil Mulher, além de discutir a questão da mulher e sua emancipação, dava maior cobertura à luta pela anistia dos presos políticos e demandas da militância, pois se originara de um grupo de militantes que permaneceu no país. É interessante analisar que Joana aponta o grupo Nós Mulheres como privilegiadas no sentido de que elas tinham uma influência forte de feministas francesas por terem essa experiência de exílio na Europa e não tomando outro fator como responsável pelo privilégio daquelas mulheres. Como neste capítulo será realizada uma análise da branquitude, precisamos ressaltar que tanto o Brasil Mulher quanto o Nós Mulheres eram grupos privilegiados intelectualmente, pois em sua maioria eram mulheres que estavam usufruindo do ensino superior e tinham acesso a mais recursos devido às suas posições sociais. Com base nas perspectivas acima, observamos que as organizações feministas não eram homogêneas. (TAMIÃO, 2009, p.33).

Nesse contexto, o periódico Nós Mulheres surge então para tentar trazer às mulheres pobres e trabalhadoras a reflexão de sua condição, além de informar e reivindicar os direitos delas. As principais questões trazidas no periódico eram relacionadas às desigualdades sociais no âmbito domiciliar e do trabalho, além de surgir uma política, do movimento feminista emergente deste período, de tornar o pessoal - ou seja, temas relacionados à sexualidade, casamento, maternidade - para o público, tornando-o político. O foco principal do jornal eram as mulheres trabalhadoras, então há ricas matérias sobre o trabalho noturno, desigualdades salariais, creches públicas e exploração da força de trabalho feminina.

O discurso principal do jornal é característico da primeira fase da imprensa feminista brasileira: a defesa da emancipação humana, tanto do homem quanto da mulher. A libertação da sociedade patriarcal e capitalista era fundamental para a libertação da mulher. Assim, o grupo tinha influências do feminismo socialista com influências europeias que crescia no Brasil durante o período militar. (TAMIÃO, 2009).

O encerramento do jornal ocorreu também por questões financeiras, pois dependiam de arrecadações realizadas por eventos beneficentes e de apoio ao periódico, no qual teve grande repercussão entre mulheres famosas de classe média, entre elas Ruth Escobar e Elis Regina. Além da questão financeira, havia também um impasse nos objetivos do jornal: ao tentar alcançar as mulheres mais pobres, trabalhadoras e em sua maioria negras (apesar do jornal não afirmar isso publicamente) - com pautas referentes às creches públicas, salários mais justos, o trabalho do lar, entre outros - o NM teve dificuldade de chegar até essas mulheres. Segundo Bastos, o público leitor do Nós Mulheres era- majoritariamente universitárias e integrantes de movimentos sociais,

[...] em sua maioria representantes da classe média dos grandes centros urbanos. As mulheres que participavam dos movimentos sociais organizados na periferia das cidades, sobretudo São Paulo, tinham acesso aos jornais e eram temas de algumas matérias. Mas a mulher pobre, trabalhadora, operária, camponesa, dona-de-casa - aquela que nunca havia pensado em política e nunca havia participado de nenhum movimento social - alvo dos editoriais e das matérias não tinha acesso ao jornal nem às discussões da especificidade da luta feminista. (BASTOS,2007,p.101)

Então, apesar do objetivo do Nós Mulheres de denunciar a condição da mulher brasileira e representar as dificuldades da mulher trabalhadora, a discussão alcançou a uma pequena parcela de mulheres de classe média, ficando distante da realidade de mulheres pobres e trabalhadoras. Um dos impeditivos de acesso ao jornal por mulheres mais pobres, era a linguagem mais erudita, levando o conselho do jornal a criar matérias com fotonovelas, tornando a narrativa mais didática possível. Porém, como alguns militantes da época mesmo afirmam em seus relatos para a pesquisa de Natália Bastos, o distanciamento existente entre as mulheres que realizavam as matérias do jornal e as mulheres protagonistas destas matérias era nítido, levantando discussões internas na Associação. De acordo com os relatos,

Esta questão gerou um intenso debate entre as integrantes do Nós Mulheres, o que levou à cisão do jornal em 1978. Uma parte das integrantes questionava a posição até então assumida pelo jornal: o privilégio de temáticas e debates relacionados à mulher trabalhadora de baixa renda. O argumento deste grupo era que o jornal não deveria falar em nome de ninguém, porque desconheciam a realidade da mulher à qual se dirigia. Elas deveriam tentar falar sobre a própria problemática, assumindo-a mais, como mulheres de classe média. Para Inês Castilho, havia um grande estigma entre os militantes de esquerda em relação ao feminismo de classe média: para as organizações/partidos, ele só se justificava na medida em que era voltado para as mulheres trabalhadoras. (BASTOS,2007,p.101)

Logo, o encerramento do jornal conteve muitos encargos, a citação acima é interessante se relacionarmos com o objetivo desta monografia, pois as próprias mulheres integrantes do jornal acabam questionando suas pautas e narrativas ao se depararem com a incoerência de tentar falar em nome de mulheres que não se encontravam representadas na organização do grupo. Além disso, mesmo não sendo algo mencionado na época, ao menos nestes termos, percebemos a ideia de lugar de fala (RIBEIRO, 2017) se apresenta quando elas demandam a necessidade de focar nos problemas da mulher de classe média e não de mulheres das quais desconheciam as experiências de vida e realidades. Apesar de haver uma consciência das mulheres do conselho editorial sobre essa discrepância de realidades, ao analisar a trajetória do jornal, não é possível identificar se as mesmas mulheres que questionam esse distanciamento das narrativas, também questionam a existência de opressão entre as próprias mulheres. Dessa maneira, podemos compreender o contexto e condição nas quais as mulheres responsáveis pelo Nós Mulheres se localizam e como isso se apresenta nas análises a seguir. Como ressaltado por Djamila Ribeiro(2017) na introdução desta monografia, não há discursos neutros, todos falamos de um lugar específico com perspectivas específicas e isso se apresenta no periódico.

Nas análises a seguir, iremos discutir como a posição de privilégio branco das mulheres do conselho editorial interferiu em suas narrativas: por vezes, de uma maneira sutil e em outras não tanto. A teórica Grada Kilomba(2019) em sua obra Memórias da Plantação, retoma a trajetória histórica do silêncio imposto pelos brancos sobre os negros, no qual em dado momento ela questiona e denuncia o discurso universal e “neutro” dos centros acadêmicos que não só expressam um discurso de autoridade branca como também acredita que este é invisível. Não difere nas narrativas a seguir,

porém, será direcionado com os padrões do ser mulher representados na sociedade brasileira.

2.2 - Narrativas da Branquitude: análise da universalidade feminista

Em sua primeira edição, o jornal já nos traz uma amostra de como a branquitude se expressa nas entrelinhas de seu editorial. Quando analisamos estas narrativas nos deparamos com uma posição de poder que é visível e é marcada, pois ela domina os espaços de fala seja nos centros acadêmicos, nos meios de comunicação, na política brasileira. É visível quando nos deparamos com os índices de escolaridade discrepantes entre brancos e negros ao longo da história, quando percebemos que inclusive na saúde pública a população negra é quem mais sofre por ser maioria na pobreza brasileira resultado de um racismo estrutural e moralizante. Aqui eu faço um parêntesis, pois há como a branquitude parecer ser invisível se pensarmos na ideia do branco não pensar a si mesmo como sujeito passivo de uma cor ou raça, pois ao longo da história este tem se mantido num status quo criado pelo próprio branco que é o sistema racista que dissemina uma mentalidade de norma para a figura do branco nos espaços de poder. Nas narrativas abaixo, iremos nos deparar com uma condição de mulher brasileira que nem de longe representa todas as mulheres do país, mas sim uma parcela que é branca e de classe média. O trecho a seguir propõe um basta na opressão sexista,

“Desde que nascemos NÓS MULHERES ouvimos em casa, na escola, no trabalho, (...) que nossa função na vida é casar e ter filhos. (...) que NÓS MULHERES não precisamos estudar e nem trabalhar, pois isso é coisa pra homem [...] (NÓS MULHERES, n.º.1, 1975,p.1)

Este introdutório manifesto da abertura do jornal intenciona provocar as leitoras através dos questionamentos de papéis atribuídos pela sociedade patriarcal sobre a mulher e sua condição. Pela análise breve do trecho acima percebemos que as mulheres escritoras do jornal falam de um lugar específico, um lugar de privilégio social onde há a possibilidade de ter alguém (no caso aqui a figura masculina) para sustentar suas famílias e há também a possibilidade de não trabalhar. Ao contrário da mulher de classe média que é descrita acima, sabemos que as mulheres trabalhadoras e não-brancas são deixadas de lado neste breve discurso. Como este trecho pode vir a tornar-se uma expressão da branquitude? Deparamo-nos com o que representa socialmente o ser

mulher não-branca. Ao analisarmos a representação da mulher negra na sociedade percebemos uma depreciação de sua imagem e uma extrema sexualização de seu corpo. A mulher não-branca, desde o período colonial no Brasil, tem sido designada como objeto de propriedade do branco heteronormativo. Sueli Carneiro, ao citar Beatriz Nascimento e seu artigo “A mulher negra e o amor”, ela retoma a objetificação da mulher negra e discute como a violência invisível que inferioriza a subjetividade negra e supervaloriza a estética embranquecida como padrão a ser atingido(CARNEIRO,2003,p.122,123). Assim sendo, quando o jornal refere-se a casar-se e ter filhos, socialmente no contexto em que essa narrativa se insere, sabemos que tais referências se atribuem à mulher branca. As condições de trabalho em que a mulher branca demandava não chegavam nem perto das condições de trabalho em que mulheres negras estavam submetidas. Ao historicizar a trajetória de Thereza Santos, Aline Lemos diz que a filósofa, teatróloga e ativista do movimento negro estudou a inserção da mulher negra no mercado de trabalho no pós-abolição e afirma que

Após o período de escravidão, considerou que as mulheres negras, com suas profissões e conhecimentos, foram as que tiveram melhores inserções no mercado de trabalho, em relação aos homens negros no início do século XX, tornando-se responsáveis pelo sustento das famílias, sem negar a visível exploração a que estavam submetidas. (LEMOS, 2018?, P.5,6)

Com base nessa breve citação podem ter uma noção do quão distante a condição que o jornal representa da mulher brasileira branca de classe média está na realidade de muitas mulheres brasileiras pobres que, em sua maioria, são não-brancas. Essa visão universal do feminismo, questionada pelas integrantes do feminismo negro na década de 80, colocava a mulher branca ocidental como sujeito universal feminino em contraposição ao sujeito universal masculino, branco e ocidental. Ainda que o propósito tenha sido uma fala em nome de todas as opressões femininas, como já problematizado anteriormente, os discursos estavam localizados socialmente na perspectiva branca e elitizada. Se o sujeito mulher branca estava em contraposição ao homem branco, sendo ela o Outro do sujeito referência do patriarcado, então a mulher não branca permanece na marginalidade do Outro feminino, como Kilomba (2019) questiona, sendo o Outro do Outro feminino.

Thereza Santos foi importante influência para um estudo aprofundado da mulher negra na sociedade neste período, ressaltando a responsabilidade financeira que as mulheres negras pobres tinham em suas famílias na grande maioria. Um dado importante levantado por Santos também foi a importância da mulher negra, enquanto doméstica, na manutenção de famílias brancas, no momento em que as mulheres brancas se inserem no trabalho. (LIBERA, 2018?, p.5 e 6). Ainda no editorial da primeira edição, a condição da sexualidade da mulher é problematizada no seguinte desabo,

“[...] Além disso, aprendemos que sexo é um pecado para NÓS MULHERES, que devemos ser virgens até o casamento (...) que devemos ser dóceis, submissas e puras [...]” (NÓS MULHERES, N° 1, p.1)

A citação acima demonstra outra expressão da branquitude relacionada a questão narcísica do grupo de mulheres brancas que compunham o jornal, pois nitidamente percebe-se que não há sequer um questionamento da sexualização dos corpos negros, principalmente do caráter pecador que é denominado o corpo da mulher negra, oposto do que a mulher branca deve representar na sociedade como analisado anteriormente. Ambas estão sujeitas à opressão sexista da sociedade, porém utilizam de uma condição estabelecida às mulheres brancas para representar um desabado de todas as mulheres como se todas tivessem essa condição de sexualidade atribuída ao seu corpo. O trecho que refere à conduta moral imposta de *“que devemos ser virgens até o casamento (...) que devemos ser dóceis, submissas e puras”* é esperada da figura padronizada da mulher branca pura e padronizada, contrapondo à imagem que é atribuída ao corpo da mulher negra que por muito tempo não teve sua subjetividade valorizada pelo ato de objetificação de seu corpo através da ideia de pecado. Isso ocorre como fruto de uma objetificação em massa de corpos pretos e sexualização de africanos em contraponto ao branco cristão. Durante o período escravocrata as mulheres negras eram vítimas diretas do sexismo de homens brancos ao serem abusadas sexualmente das mais perversas demonstrações de poder do homem branco. (DAVIS, 2016) Ao definir a imagem imposta pela sociedade patriarcal da mulher branca como sendo uma imagem universalizada da mulher brasileira, o jornal acaba por reafirmar a representação branca feminina como padrão para os debates no grupo do jornal. Carneiro, ao criticar a ideia

de fragilidade e submissão feminina denunciada pelo feminismo ocidental emergente do XX, questiona

Quando falamos do mito da fragilidade feminina, que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, de que mulheres estamos falando? Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas (...) Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar! Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto. Ontem, a serviço de frágeis sinhazinhas e de senhores de engenho tarados. (CARNEIRO,2011, p.1)

Nessa crítica ao feminismo ocidental e branco, Carneiro nos faz refletir sobre os silenciamentos no movimento e entender a necessidade de existirem feminismos e enegrecer esse movimento que até então tem sido palco de fala majoritariamente de mulheres brancas. Por muito tempo as resistências de mulheres negras que enfrentaram o sistema vigente desde o período colonial se fizeram presente desde então, sua marginalização no movimento de feminismo foi algo esperado se olharmos para a formação principal do movimento que tinham o interesse na omissão e silêncio dessa opressão racial. A preservação do status quo se faz presente nas entrelinhas da narrativa. A demanda urgente que já era discutida nesse período por intelectuais negras era de feminismos plurais que não universalizaram o ser mulher na figura da branca euro cristã.

2.2.1- RACISMO: Uma opressão a mais?

Figura 2 - Capa da edição 5, *Nós Mulheres*²³



Na quinta edição do jornal, publicado em junho de 1977, o título que levava a edição tinha o racismo como chamada principal na capa. Este tema não era muito comum nas organizações feministas desse período, muito menos o debate ocupar espaço em seus periódicos. O subtítulo da edição dava uma prévia da perspectiva narrativa quanto ao racismo brasileiro, uma opressão existente, mais uma na fila de opressões.

A edição chamou atenção por ter o racismo como pauta central na capa, entretanto na análise de toda a edição, depara-se com detalhes da matéria apenas ao final da edição — nas penúltimas páginas. A entrevista a seguir referente à discriminação da mulher negra no ambiente de trabalho. O trecho foi retirado da matéria sobre racismo, na qual as editoras do jornal decidiram entrevistar mulheres negras²⁴. Selecionei uma parte da entrevista para tentar exemplificar alguns aspectos da branquitude que se apresentam no jornal.

²³ Imagem disponível no site da FCC: <https://www.fcc.org.br/conteudos especiais/nosmulheres/arquivos/NosMulheresn5.pdf>

²⁴ As entrevistadas pelo jornal na matéria analisada foram apresentadas como: *Amélia, 36 anos, jornalista e mãe solteira; Maria de Lurdes, 30 anos, estudante de química e solteira; Lucia, 21 anos, doméstica, solteira; Lurdes, 25 anos, doméstica e mãe solteira; e Vera, professora e mãe solteira membro do conselho editorial do jornal Nós Mulheres. (Nós Mulheres, edição 5º, 1977- p.12: <https://www.fcc.org.br/conteudos especiais/nosmulheres/arquivos/NosMulheresn5.pdf>)*

Observa-se, ao longo de uma das entrevistas, um discurso de legitimidade que não só interrompe a fala de uma das entrevistadas negras, como também reproduz a ideia de universalidade quanto à opressão das mulheres:

NM- A mulher negra sofre mais discriminação que o homem?

Amélia- Acho que sim. Ser preto nada mais é que ter todos os problemas dos brancos só que aumentados. Ser crioula é ter os problemas da mulher mais os da cor.

Maria de Lurdes- A preta pode ser mais discriminada que o homem negro. Mas também pode ser ao contrário. Depende da situação e do tipo de emprego. Existem laboratórios que não aceitam mulheres e outros que preferem. é um problema de rendimento de trabalho, de salário.

NM- O nosso salário é sempre menor.

Maria de Lurdes- Justamente. Só que, existem laboratórios que não aceitam preto de jeito nenhum: mulher ou homem.²⁵

O assunto girava em torno dos preconceitos no mercado de trabalho. No primeiro momento, a entrevistadora do jornal²⁶ induz um questionamento sobre opressão de gênero na experiência das mulheres negras, até que uma das entrevistadas amplia a questão da discriminação abordando que há locais no mercado de trabalho que evitam a contratação de negros, independente de gênero. Essa afirmação causou uma resposta imediata da locutora do jornal, na qual reforça a ideia de que mulheres, negras ou brancas, possuem o salário menor em comparação ao gênero oposto, homem, seja negro ou branco.

A fala de Maria de Lurdes buscou explicar o racismo que atravessa a vida de mulheres e homens, que dependendo da situação, os homens negros também acabam sendo inferiorizados nos espaços aos quais os brancos têm predominância e preferência. Os privilégios da branquitude ali levantados pela resposta de Maria de Lurdes e

²⁵ Trecho retirado da quinta edição do jornal Nós Mulheres, publicado em junho de 1977. A entrevista aparece na matéria sobre racismo intitulada: 89 anos depois. Em uma referência à abolição da escravatura assinada pela princesa Isabel no ano de 1888. A contrariedade de comemorar esta data onde a suposta liberdade é dada aos negros escravizados pelas mãos de uma princesa branca ainda já foi muito discutida e ressignificada pelo MNU para uma data que afirme e lembre a luta e resistência deste povo e independência deste mesmo pela figura de Francisco Nzumbi dos Palmares e a data de sua morte em 20 de novembro no século XVII.

²⁶ Coloco aqui *entrevistadora do jornal* por escassez de informações sobre as mulheres responsáveis pela reportagem. O Nós Mulheres tinham a característica de não assinar suas reportagens, o que dificultou saber as responsáveis pela entrevista.

rapidamente desconversando por parte da entrevistadora são explicitados pela pensadora bell hooks. Ao denunciar o mito da homogeneidade e normatividade na qual os brancos pensam se localizar, Hooks(2019) evidencia as perversidades de ser branco e, em simultâneo, o constante esforço dos brancos em colocar-se como norma, reafirmando a sua posição social como mérito social. A pensadora atenta para representação da branquitude no imaginário negro²⁷, exemplificando a situação que se apresenta na entrevista acima.

A resposta da entrevistadora do jornal, na qual afirma que o salário das mulheres são menores, independente de raça, classe ou outro aspecto determinante, está inserido no mito de democracia racial²⁸ que predominava nesse período, com reforço da ditadura civil-militar. Essa mentalidade impediu investigações mais precisas sobre a situação da população negra no Brasil fosse explicitada. Um exemplo está na coleta de dados que priorizem a categoria raça. Na época não houve pesquisas que buscassem explicitar as desigualdades raciais no mercado de trabalho. Quanto as desigualdades de escolarização, há algumas pesquisas sobre que buscam evidenciar as discrepâncias educacionais entre brancos e negros no país durante o século XX.

Na década de 70, época de circulação do jornal, os índices de alfabetização dos brancos superavam em 20% a realidade de alfabetização dos negros²⁹. Esse dado desarticula a ideia de que os homens negros superam em ganhos salariais em relação às mulheres brancas. O pesquisador Gregório Grisa³⁰ investigou que na década de 40, a maioria populacional no país não eram alfabetizados, mas que em questão de 30 anos,

²⁷ HOOKS, bell. Capítulo 11: representações da branquitude na imaginação negra. In: Olhares negros, raça e representação. (tradução por Stephanie Borges). São Paulo: Editora Elefante, 2019.p.299.

²⁸ O mito da democracia racial foi construído por brancos na tentativa de negligenciar as discrepâncias raciais no Brasil. Por muito tempo, esse mito era uma verdade na mentalidade dos brasileiros, sendo utilizado como argumento para justificar inferioridade dos negros. Ainda que desde a década de cinquenta haja uma forte repercussão de movimentos negros em combater essa mentalidade, a partir da explicitação do racismo no país, percebe-se presentemente uma permanência de crenças que enaltecem uma suposta igualdade racial no país, naturalizando as discrepâncias raciais. Para saber mais: NEVES, João Paulo Santos e Silva, Maria Aparecida Monteiro da. O mito da democracia racial: contexto histórico brasileiro e a construção do racismo no Brasil. Revista Educar Mais. Vol. 3, n.º 2, 2019.

²⁹ Dado retirado da pesquisa do doutor em educação Gregório Grisa: Alfabetização no século XX e desigualdade racial na educação. 2020. In: <https://medium.com/@gregoriogrisa/alfabetiza%C3%A7%C3%A3o-no-s%C3%A9culo-xx-e-desigualdad-e-racial-na-educa%C3%A7%C3%A3o-bf9a34084325>

³⁰ Ibidem

houve discrepante mudança desse dado sobre o contingente populacional branco. Não é preciso muito para calcularmos que uma taxa elevada de escolarização leva a salários mais altos e conseqüentemente maior predominância no mercado de trabalho.

Em outro momento, a branquitude se apresenta na maneira como as narrativas do jornal colocam na mesma balança as opressões das mulheres e dos negros. É raro observar narrativas no jornal que se referem ao sistema racista ao longo das oito edições publicadas. E nas poucas vezes em que aparecem é comum o jornal se referir a ambas as opressões, de gênero e raça, como sendo coexistentes na sociedade. O que não significa que há um debate de uma intersecção entre estas opressões, todavia há uma ideia de unicidade à opressão de gênero, desvinculando a opressão de raça que permeia as mulheres entrevistadas do gênero delas- configurando mais uma vez uma impressão de homogeneidade das experiências das mulheres na perspectiva do jornal.

Na narrativa a seguir, no desabafo na quarta edição do periódico de Nós Mulheres, a comparação entre escravidão e patriarcalismo se apresenta ao mencionar a discriminação das mulheres na sociedade,

O destino dos homens não depende de suas características físicas. Assim como ninguém é escravo porque nasceu com pele negra, ninguém deve ser discriminado por pertencer ao sexo feminino. Homens e mulheres nascem iguais, com os mesmos direitos de viver digna e decentemente, de ser livre e de buscar a felicidade. (NM n°4.p.1.editorial)

Não seria a primeira vez que a questão racial e a questão da mulher eram discutidas como lutas separadas. Ao denunciar o racismo no movimento sufragista nos EUA, no que a historiografia denomina a primeira onda feminista, Davis (2016) ressalta como a reação de mulheres brancas ao notarem que homens negros tiveram o direito ao voto antes das mulheres, rapidamente o discurso racista tomou forma.(DAVIS,2016) Enquanto as mulheres negras do movimento decidiram apoiar a conquista pelo voto de seus irmãos de cor, notavam suas companheiras sufragistas brancas com um discurso influenciado pela ideologia racista³¹. Em plena segunda onda feminista no mundo, John

³¹ DAVIS, Angela. *Mulheres, Raça e Classe*. (tradução Heci Regina Candiani). São Paulo: Editora Boitempo, 2016. 90-93.

Lennon cantava que a mulher é o negro do mundo³², com a letra remetendo à opressão da mulher e a condição feminina no mundo. Como percebemos, há uma nítida comparação e até mesmo diminuição da negritude ao afirmar que a opressão da mulher se equipara à opressão do negro no mundo. Nesta mesma década o feminismo brasileiro não tinha um discurso muito diferente.

A expressão do lugar racial na qual o negro é colocado também reaparece em narrativas da oitava e última edição do jornal. Ao longo das análises, é possível afirmar que esta edição foi a que mais se apresentou um diálogo com outros movimentos sociais e principalmente pautas do movimento negro contemporâneo ao jornal. No editorial desta edição introduzem uma possível mudança do cenário no ano de 1978,

[...]Mas não apenas as mulheres. Na luta por melhores condições de vida e trabalho, surgem movimentos específicos de setores diversos da população. Os negros organizam-se pelo fim da discriminação racial; os índios defendem o direito de viver em suas terras; os homossexuais fazem-se reconhecer através de um jornal.[...](NÓS MULHERES nº4, 1978, P. 2).

Além de um movimento de abertura para outras formas de opressão, sem necessariamente haver uma relação entre elas, o jornal apresenta o tema racismo através de um problema que é somente do sujeito oprimido desta relação. É um movimento muito confortável olhar para o racismo como se este fosse apenas uma questão de negros e negras, e não uma questão que envolvem principalmente os responsáveis pela criação e manutenção desse sistema, os brancos.

A narrativa da branquitude do jornal se expressa ao denunciar racismo apenas apontando para sujeitos negros como importantes na desconstrução deste e não numa consciência dos privilégios gozados por homens brancos e mulheres brancas. Ao explicar o lugar no qual o branco se encontra e coloca o Outro, Edith Pizá atenta para o lugar de raça como *o espaço de visibilidade do outro enquanto sujeito numa relação, na qual a raça define os termos desta relação. Assim o lugar do negro é o seu grupo como um todo o do branco é de sua individualidade* (PIZA,2014, p.72).

³² *Woman is the "N" of the world* é letra escrita por Yoko Ono e John Lennon no ano de 1972 que fez grande sucesso no período ao denunciar a opressão da mulher através de uma comparação à opressão do negro.

Então esse lugar do negro que representa seu grupo é referenciado a todo o momento pelo jornal quando se debruçam a discutir racismo. O racismo é referenciado pelo jornal quando associado à experiência sofrida por negros e negras. Como citado na entrevista anterior, ao afirmar ser possível uma mulher branca oprimir um negro ou negra, rapidamente o jornal desloca a narrativa para que isso não seja algo legítimo, reforçando o silenciamento e invisibilidade do problema das relações raciais no interior do movimento de mulheres.

2.3 - Nós Mulheres e a Branquitude Crítica:

No conceito discutido por Lourenço Cardoso, o Jornal Nós Mulheres se encaixaria em uma branquitude crítica, pois denunciam o racismo publicamente através das reportagens, em simultâneo, invisibilizam o privilégio de mulheres brancas por utilizarem o discurso de neutralidade sobre a condição da mulher brasileira. Nos momentos os quais o periódico é dedicado à questão racial observa-se que essa questão é tratada como uma opressão a mais, uma opressão à parte a colocando em uma equivalência a outras opressões, a partir do olhar da branquitude do jornal, o racismo é o problema apenas do negro brasileiro. No seguinte trecho, analisou-se a caracterização realizada pelo jornal do ser mulher negra. Além de afirmar a branquitude através da narrativa de olhar para a *Outra*, há também uma ideia de positividade associada aos estereótipos da mulher negra proferidos em diálogo com a opressão racial,

“Era a primeira vez, quem sabe, que uma mulher negra tinha oportunidade, no Brasil, de manifestar sua revolta publicamente. Isso porque se a mulher sofre socialmente por causa de seu sexo, a mulher negra ainda tem sobre ela a carga racial.(...) Sua imagem está ligada e simbolizada pelo samba, ritmo e sensualidade africana e, em contrapartida, a cozinha e o analfabetismo.”(NM n°1, 1975, p.20)

O enunciado acima demonstra a expressão da falsa ideia de normatividade ao realizar uma diferenciação da mulher branca “universal” que é oprimida pelo sexo da mulher não-branca que tem ainda o caráter racial como parte de sua opressão na sociedade. Por mais que a intenção seja enaltecer falas do povo negro, acabam reduzindo ao discurso da branquitude onde a identidade branca “invisível” e padrão de sociedade racista tem definição somente quando é comparada a mulher que é racializada numa sociedade com história de escravização e objetificação do corpo negro. Outro

fator presente nesse trecho acima é a narrativa controlada sobre essa opressão da mulher negra, para que não desestruture o que já está imbricado nas relações raciais ao longo da história brasileira. A branquitude no Brasil significa estar no poder nessa relação racial, um poder hegemônico que controla narrativas e o espaço que será dado a narrativas vindas do *Outro*.

Apesar da atitude do jornal em dar espaço para o relato da Estela sobre sua experiência de opressão enquanto uma mulher negra é necessário percebermos que ao definir o caráter sensualidade e ritmo africano como algo positivo na imagem da mulher negra brasileira, a narrativa expressa o discurso da branca sobre o corpo da mulher negra. Ainda que o jornal confirme ser uma imagem, uma representação do da mulher negra, a narrativa induz a uma positividade sobre essa representação. O fato de dar espaço para que mulheres negras falem sobre sua experiência de opressão, não significa que as narrativas do jornal deixaram o espaço da mulher branca de lado, mas sim controlaram a maneira como a narrativa e fala da mulher negra se apresentou no jornal. Ao falar sobre a inexistência de sobreposição das opressões, mas sim de uma relação interseccional delas, Luiza Bairros nos diz que,

Assim uma mulher negra trabalhadora não é triplamente oprimida ou mais oprimida do que uma mulher branca na mesma classe social, mas experimenta a opressão a partir de um lugar que proporciona um ponto de vista diferente sobre o que é ser mulher numa sociedade desigual racista e sexista. (BAIRROS, 1995, p.461)

Em contrapartida, à narrativa do jornal, Luiza Bairros nos fala que a questão não é sobre quem tem mais cargas de opressão sobre si, mas sobre qual experiência de ser mulher, de acordo com a posição social em que está inserida. O jornal ainda estava num contexto histórico e político onde mulheres de classe média, em sua maioria brancas, adquiriram o espaço público para falar sobre sexismo. Dessa forma, tal veículo expressou narrativas que vieram de cima para baixo em níveis de escolarização brasileira. Moraes cita em uma entrevista dada à pesquisadora Natalia Bastos, que as mulheres que compunham o Nós Mulheres queriam falar em nome de todas as mulheres, mas deveriam falar delas mesmas e de suas vivências e questionamentos, ao invés de querer falar por mulheres das quais desconheciam (BASTOS, 2007, p.112).

A identidade feminista socialista fez com que elas quisessem falar por mulheres de diversas realidades brasileiras e não falar de sua experiência enquanto mulheres de classe média. Falar de si era individualizar o discurso e logo era algo mal visto nos movimentos de esquerda. Mas como ela mesma afirma, fracassaram em tentar falar por mulheres das quais desconheciam a realidade. Assim, confirmam mais uma expressão da branquitude do movimento feminista em que o Nós Mulheres se encontrava, a tentativa de levar o movimento de fora para dentro dos grupos de mulheres marginalizadas pelo movimento. Natalia Méndez, ao realizar uma análise histórica dos discursos feminista em Porto Alegre, retoma uma prática comum do movimento feminista que aparece nas narrativas analisadas anteriormente e que se refere à conscientização da opressão sexista. De acordo com Méndez,

[...]A partir das fontes analisadas percebe-se que para as feministas a consciência não era inerente a todas as mulheres, mas sim àquelas que conseguiam perceber a sua situação de oprimidas e lutar para libertar-se. Igualmente, é possível identificar a preocupação do movimento em dialogar com “as outras mulheres”. Estas podiam ser as operárias, as mulheres das vilas, as empregadas domésticas, as vítimas de violência, enfim, mulheres que – segundo o movimento – não possuíam uma consciência de sua opressão e necessitavam ser esclarecidas. (MÉNDEZ,2004,p.11)

Então se analisarmos o movimento de “esclarecimento” em que o jornal Nós Mulheres estava disposto a realizar, percebemos uma frustração com os objetivos priorizados na criação do jornal. Além de desconhecer a realidade dessas *Outras* mulheres, um dos equívocos de tentar levar a consciência da opressão sexista enfrentada pelas mulheres geralmente, o silenciamento e omissão sobre a opressão racial como sendo categoria relacionada à opressão de gênero e classe acabou reduzindo o movimento feminista à poucas mulheres e não representando o contingente de mulheres não-brancas até o surgimento de um feminismo plural posteriormente. Além disso, a consciência enquanto sua opressão sexista não é tão-somente notada por estas mulheres marginalizadas como também sua opressão racista e de classe. Davis argumenta que por mais que o feminismo tenha se esquecido do racismo, mulheres negras o têm enfrentado e combatido, desde os tempos de escravidão.(DAVIS,2016).

A relação entre as feministas e as “*Outras*” mulheres citadas acima se apresentam no feminismo da década de 70, esse movimento evidencia como a branquitude crítica

das mulheres brancas do Nós Mulheres invisibilizam sua posição racial na sociedade, enquanto denomina mulheres não-brancas e de classes inferiores como Outras, necessitando, segundo o movimento feminista, de uma suposta “orientação” de sua condição enquanto oprimidas.

A pesquisadora Luciana Alves trouxe em sua dissertação (ALVES, 2010) a discussão referente à invisibilidade/visibilidade da branquitude. De acordo com Alves, autoras especialistas no conceito como Frankenberg(1995) e Edith Piza(2014) irão relacionar esta invisibilidade da branquitude quando associada a um padrão de normatividade que carregada valores historicamente construídos como referências e atrelados a uma figura ideal de uma identidade nacional brasileira. Para fugir da dicotomia atrelada ao conceito de branquitude, ela traz a ideia de não-marcado argumentada por Harris na qual é possível perceber as marcas dessa “identidade” dita como norma. Essa ideia de normatividade tanto entre brancos como em não-brancos alimenta a naturalização das desigualdades raciais (ALVES,2010,P.30).

Essa ideia de normatividade se apresenta, por exemplo, na imagem da branquitude associada à bondade e esperança que estão diretamente relacionadas com a figura do colonizador, pacificador e cristão do imperialismo, entretanto essa ideia se rompe ao nos depararmos com a representação do ser branco no imaginário de pessoas negras. O branco deixa de ser a figura de paz e norma para tornar-se aquele que aterroriza, domina, controla e cala o *Outro*. Hooks (2019) discute essa representação ao levantar questões referentes ao mito da homogeneidade: basicamente refere-se à ideia deturpada de invisibilidade do branco e de seu privilégio racial e argumenta que desde os tempos da escravidão o branco é notado por pessoas negras. A pesquisadora ressalta que a falta de reconhecimento da branquitude é uma estratégia que facilita e permite transformar um grupo em *Outro*. Enquanto a branquitude for negada e permanecer em sua posição social, não há como romper com os laços do racismo brasileiro.(HOOKS,2019)

Com base nisso, observou-se que o periódico Nós Mulheres apresenta debates sobre a questão racial, mas não apresenta em suas narrativas um questionamento sobre a existência de uma opressão entre as próprias mulheres. Além disso, pode-se perceber como o fracasso do jornal em alcançar um determinado contingente de mulheres diz

muito sobre a branquitude no jornal. No contexto de emergência do movimento feminista após um período de luta armada, é necessário ressaltar que mesmo sendo crucial para debates sobre a questão do aborto e contracepção, o auxílio-creche e quebra de paradigmas do padrão de beleza propagado pelos meios de comunicação entre muitos debates importantes para a libertação da mulher, o feminismo acabou sendo um privilégio de poucas mulheres. Isso não significa que mulheres que acabaram marginalizadas ou subalternizadas do movimento não lutavam e reivindicavam seus direitos. Muito menos significa que essas mulheres não resistiram às opressões sobre elas. A análise das narrativas do jornal ressalta uma realidade que já é muito discutida atualmente nas emergências de feminismos plurais e que politicamente torna-se visível na década de oitenta com a ascensão do movimento de mulheres negras feministas.

Ao longo de todo o capítulo, além de teóricos da branquitude, embasei as discussões com teóricas do feminismo negro que são as primeiras a questionar o feminismo elitista e branco. O feminismo negro introduz a teoria do ponto de vista da mulher negra como afirma Patricia Hill Collins ao explicar a realidade de forasteira de fora³³ na qual a mulher negra se localiza. Ribeiro vai explicar essa visão através de um debate teórico entre Simone de Beauvoir e Grada Kilomba sobre a categoria de Outro na qual a mulher é colocada pelo homem. Kilomba vai questionar Beauvoir requintar essa discussão ao levantar a questão da mulher negra nessa relação,

Por não serem nem brancas, nem homens, as mulheres negras ocupam uma posição muito difícil na sociedade supracista branca. Nós representamos uma espécie de carência dupla, uma dupla alteridade, já que somos a antítese de ambos, branquitude e masculinidade. Nesse esquema, a mulher negra só pode ser o outro, e nunca si mesma. (...) Mulheres brancas têm um oscilante status, enquanto si mesmas e enquanto o “outro” do homem branco, pois são brancas, mas não homens; homens negros exercem a função de oponentes dos homens brancos, por serem possíveis competidores na conquista das mulheres brancas, pois são homens, mas não brancos; mulheres negras, entretanto, não são nem brancas, nem homens, e exercem a função de o “outro” do outro. (KILOMBA, 2016, p. 124)

Assim sendo, a condição de “Outro” associada tanto à mulher negra quanto ao homem negro é apresentada com frequência nas narrativas do jornal como desenvolvimento anteriormente. O silêncio e a omissão sobre a condição de “Outro” e

³³ *Outsider within* in: Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. Revista Sociedade e Estado – Volume 31 Número 1 Janeiro/Abril 2016.

sobre o sujeito branco no racismo também são questões identificadas nas narrativas do jornal. A análise aproximada dessas narrativas possibilitou identificar como pôde parecer sutil a expressão da branquitude dependendo de qual perspectiva partimos. É muito comum escapar aos olhos como o racismo estrutural se apresenta a partir da neutralidade associada ao sujeito branco e na abstenção deste sujeito quando mencionada a questão racial. A perspectiva dentro de uma análise das relações étnico-raciais fortalece o combate do racismo ao demandar que essa é tanto questão do opressor quanto do oprimido da relação.

Além disso, importante também refletir sobre a opressão da mulher de uma perspectiva interseccional na qual não cometemos o erro de diminuir nenhuma opressão, mas sim entendermos como elas se expressam na sociedade de acordo com o contexto social e geográfico na qual a mulher se encontra. Esta perspectiva nos permite pensar na opressão entre as próprias mulheres e como isso também pode ser tão prejudicial quanto. Assim sendo, foi permitido analisar as narrativas do jornal dentro da perspectiva da branquitude crítica de Lourenço Cardoso. Como já mencionado, o jornal não se exime sobre a questão racial, mas apresenta esta questão apenas como um problema do negro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista os aspectos averiguados no trabalho, o objetivo inicial ao realizar essa pesquisa foi explorar o feminismo da década de 1970 - a partir de uma análise das relações étnico-raciais, utilizando do conceito de branquitude para entender como esse fator presente nas narrativas do jornal feminista Nós Mulheres limitou olhares sobre questões específicas de mulheres não-brancas. O problema da pesquisa foi então analisar como a branquitude se apresentou ao longo do jornal Nós Mulheres em uma visão ampla de reportagens, matérias, entrevistas, editoriais entre outros. Para isso foi necessário primeiramente levantar questões históricas do contexto no qual o jornal Nós Mulheres está inserido.

O primeiro capítulo dessa monografia buscou trazer de maneira breve acontecimentos pontuais no globo, possibilitando focar a realidade brasileira no

contexto da ditadura civil-militar. Como podemos observar no primeiro capítulo, movimentos sociais protagonizados por grupos de minorias representadas intensificam seus questionamentos quanto à situação dos sujeitos marginalizados pelo sistema patriarcal, racista, heteronormativo e cis. Então, além de um embate com o regime militar, os movimentos sociais questionam também a posição das esquerdas organizadas que insistiam até então em um olhar limitado à opressão de classe do povo brasileiro.

Observa-se então uma maior visibilidade de pautas que abrangiam os sujeitos secundarizados levando então a uma crescente mobilização de direitos para grupos antes excluídos de seus direitos básicos. Mais especificamente nesse capítulo discorro sobre o movimento feminista, sobre o movimento negro e suas ‘nuances’ ao longo dos anos 70 de modo a articular o problema de pesquisa. Tais movimentos sociais são importantes para entender como estava os diálogos e tensões entre ambos no período que o jornal emerge. Nesse período há uma crescente mobilização de militantes negras que questionam o sujeito mulher universalizante levantado pelas feministas de classe média, um debate importante que vai desencadear uma intensificação na década de 80 de questões do feminismo que abrangem o sujeito mulher subalternizada pela mulher branca.

Ao final do primeiro capítulo, foi retomado o conceito de imprensa alternativa característica do período ditatorial brasileiro de modo a esmiuçar o objeto e fonte da pesquisa aqui proporcionada, o jornal Nós Mulheres. Como um jornal feminista da década de 70 é um dos pioneiros jornais feministas do período, possuindo já inúmeros trabalhos que utilizaram esse jornal como fonte de pesquisa - desde trabalhos que buscaram a trajetória das militantes feministas da época até pesquisas que analisavam o estilo alternativo de imprensa feita por mulheres. No segundo capítulo busquei concentrar no problema de pesquisa proposto e partir de um olhar diferenciado sobre as fontes citadas. Como mencionado, encontrei muitos trabalhos sobre o jornal que propuseram embasamento na trajetória histórica do mesmo. Entretanto, identifiquei que não haviam trabalhos ainda publicados que buscavam analisar a imprensa alternativa feminista a partir do conceito de branquitude como importante para entender a posição social do discurso e os limites de olhares do movimento feminista da década de 1970.

Para isso, o segundo capítulo buscou evidenciar aspectos que apresentam uma visão universal da mulher. Além disso, é possível observar neste capítulo que há

estereótipos associados à mulher negra brasileira reforçados pelo jornal. O capítulo é subdividido em três partes que organizam a discussão. A primeira parte enfoca a trajetória do grupo fundador do jornal *Nós Mulheres* e os meios que foram propícios a isso aqui no país. Algumas tensões nas organizações feministas por questões diversas e a criação dos jornais da época que o feminismo intensificava-se no Brasil: *Brasil Mulher* (1975) e *Nós Mulher* (1976). A segunda parte do capítulo abrange aspectos da branquitude encontrados nas narrativas do editorial da primeira edição, problematizando o sujeito mulher universal apresentado. Na terceira e última parte do capítulo podemos observar a categoria de branquitude apresentada no jornal e algumas considerações que abordam o Outro feminino produzido pelo feminismo branco ocidental. Com base no conceito de branquitude crítica, desenvolvido por Lourenço Cardoso e utilizado ao longo do trabalho, consideramos que o jornal enquadra-se muitas vezes na posição que não nega o racismo, porém partindo de uma visão distanciada que não coloca o feminismo como envolvido na luta, buscando então reforçar um discurso muito criticado por Alberto Guerreiro Ramos (1995) na década de 1950, que aborda racismo como um problema apenas do negro. Com base em intelectuais negras feministas que já denunciavam no período a branquitude no feminismo foram possíveis de analisar alguns aspectos encontrados nas narrativas jornalísticas que se enquadram como um discurso de privilégio branco e de classe média.

Ainda que tenha sido a proposta uma análise aprofundada do jornal partindo do conceito de branquitude, é provável que tenha ficado para trás análises importantes que porventura passaram despercebidas pelos olhos da pesquisadora. Como já discutido na introdução, retomo novamente que a pesquisa parte de um lugar específico de privilégio branco de alguém que usufrui da universidade, logo a probabilidade de ter escapado de minhas análises de aspectos essenciais do racismo no feminismo é grande. Ademais, por questões de tempo e limitações de uma monografia, foram necessários recortes das fontes para fins de trabalho de conclusão, então há muito ainda o que ser explorado no jornal *Nós Mulheres*. Um exemplo de aspectos que podem ser explorados de maneira aprofundada em trabalhos futuros ou por pesquisadores que estejam interessados no tema é a constante referência à figura da mulher trabalhadora mencionada pelas escritoras do jornal. Tal aspecto não é peculiaridade do jornal *Nós Mulheres*, tendo

recorrência em outros jornais da imprensa feminista brasileira que tive a oportunidade de acessar, como o Brasil Mulher (1975) e o Mulherio (1981).

Com base nisso, buscou-se então problematizar fontes históricas que são importantes para estudo da história do feminismo a partir do conceito de branquitude, a ponto de refletirmos as permanências do discurso que universaliza a mulher em muitos segmentos no país atualmente. Além disso, buscou-se realizar uma pesquisa que questionasse a posição social do sujeito branco nas relações sociais brasileiras ao longo da história, um debate urgente no país que ainda há uma crença por parte de muitos de uma democracia racial. Observar as permanências do racismo e seus meios de subjugar sujeitos não-brancos é olhar para o papel dos sujeitos que desfrutam da posição social de privilégio proporcionada pelo sistema racista. A proposta que fica para esse trabalho é uma conscientização maior por parte de sujeitos brancos de nossa sociedade brasileira, principalmente aqueles que consideram-se antirracistas e unidos à luta, mas que não percebem que há concessões do privilégio para que vezes há muito tempo são silenciadas possam ter seu espaço sem interrupções.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Luciana. *Significados de ser branco – a brancura no corpo e para além dele (Dissertação) Mestrado em Educação na USP*. São Paulo, 2010.
- BAIROS, Luiza. “Nossos Feminismos Revisitados.” *Estudos Feministas*, vol. 3, no. 2, 1995, pp. 458-463.
- BASTOS, Natalia de Souza. *Elas por elas. Trajetórias de uma geração de mulheres de esquerda. Brasil – anos 1960-1980. 2007. Dissertação. (Mestrado em História) - UFF, Niterói, 2007.*
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, GianFranco (Orgs.). *Dicionário de Política*. Vol. 1, 11ªed. Brasília, Ed. UnB, 1998.
- BUITONI, Dulcília Schroeder. *Imprensa feminina*. 2.ed. São Paulo: Editora Ática, 1986
- CALDWELL, Kia Lilly. “Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil.” *Revista Estudos Feministas*, vol. 8, no. 2, 2000, p. 91.
- CARDOSO, Lourenço. *O branco “invisível”. Um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre relações raciais no Brasil (período: 1957 – 2007)*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2008.
- CARDOSO, Lourenço. *Branquitude Crítica e Branquitude Acrítica: A Supremacia racial e o Branco Anti-Racista*. *Revista Latino-Americana de Ciências Sociais, Niñez y Juventud* Vol. 8, 2010.
- CARNEIRO, Sueli. “Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero.” *Racismos Contemporâneos [Contemporary Racisms]* [São Paulo], 6 03 2011, <https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>. Accessed 21 08 2020.
- CARNEIRO, Sueli. “Mulheres em movimento.” *Estudos Avançados*, vol. 17, no. n.49, 2003, pp. 117-132.
- CARONE, Iray, e BENTO, Maria Aparecida. *Psicologia Social do Racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. 6 ed.Vozes, 2014.
- COLLING, Ana Maria. TEDESCHI, Losandro Antônio. (orgs.) *Dicionário crítico de gênero*. Dourados, MS: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2019.

- COLLINS, Patricia Hill. “Aprendendo com a outsider within : a significação sociológica do pensamento feminista negro.” *Revista:Sociedade e Estado*, vol. 31, no. 1, janeiro/abril 2016, pp. 99-127.
- DEBÉRTOLIS, Karen. *Brasil Mulher: Joana Lopes e a Imprensa Alternativa Feminista*. (Dissertação de Mestrado), PPG de Comunicação e Informação na UFRGS, Porto Alegre, 2002.
- GONZÁLEZ, Lélia, and Carlos HASENBALG. *Lugar de Negro*. Rio de Janeiro, Marco Zero Limitada, 1982.
- GOSS, Karine, and Kelly PRUDENCIO. “O conceito de movimentos sociais revisitado.” *Em Tese*, vol. 2, no. 1, 2004, pp. 75-91. www.emtese.ufsc.br.
- HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991* 19. 2ª ed., São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- HOOKS, Bell. *Olhares Negros: Raça e Representação*. Translated by Stephanie Borges, São Paulo, Elefante, 2019.
- KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro, Cobogó, 2019.
- KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários Nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo, Edusp, 1991.
- LEITE, Rosalinda de Santa Cruz. “BRASIL MULHER E NÓS MULHERES: ORIGENS DA IMPRENSA FEMINISTA BRASILEIRA.” *Estudos Feministas*, vol. 11, no. 1, 2003, p.234-241.
- LIBERA, Aline Lemos Della. “MULHERES NEGRAS E RESISTÊNCIA: formas de (re)conhecê-las por elas mesmas.” *UNIAFRO*.
- MACEDO, José Rivair. *História da África*. São Paulo, Contexto, 2015.
- MÉNDEZ, Natalia Pietra. “Discursos e práticas do movimento feminista em Porto Alegre (1975- 1982).” (Dissertação) *Mestrado em História na UFRGS*, 2004, Porto Alegre.
- MORAES, Maria Lygia Quartim de. “Feminismo e política: dos anos 60 aos nossos dias.” *Estudos de Sociologia*, vol. 17, no. 32, 2012, pp. 107-121.
- MORAES, Maria Lygia Quartim de. *Vinte Anos de Feminismo.1996. Tese*. (Doutorado em Sociologia) UNICAMP, Campinas, 1996.

- MUNANGA, Kabengele. 1990. Negritude Afro-Brasileira: Perspectivas E Dificuldades. *Revista De Antropologia* 33 (dezembro), 109-17
- NAPOLITANO, Marco s. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo, Contexto, 2014.
- PEREIRA, Amílcar Araujo. “*O Mundo Negro*”: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995). 2010.268f. TESE (Doutorado em História - UFF), Niterói, 2010.
- PINSKY, Carla (organizadora). *Fontes Históricas*. 3º ed., São Paulo, contexto, 2014.
- PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. 1ª ed., São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2003.
- PIZA, Edith. Porta de vidro: entrada para a branquitude. In: CARONE, Iray, e BENTO, Maria Aparecida. *Psicologia Social do Racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. 6 ed. Vozes, 2014.
- QUEIROZ, Mônica, and Cláudia MIRANDA. “CONTRIBUIÇÕES DOS ESTUDOS CRÍTICOS DA BRANQUITUDE PARA O ENFRENTAMENTO DO RACISMO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR.” *GT21 - Educação e Relações Étnico-Raciais*, vol. trabalho 1015, no. 38º REUNIÃO NACIONAL AMPED, 2017.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. *Introdução Crítica à Sociologia Brasileira*. 2º ed., Rio de Janeiro, UFRJ, 1995.
- RIBEIRO, Djamila. “FEMINISMO NEGRO PARA UM NOVO MARCO CIVILIZATÓRIO.” *Sur - Revista Internacional de Direitos Humanos*, vol. 13, no. 13, 2016, pp. 99-104.
- RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* 1ª ed., Belo Horizonte(MG), Letramento: Justificando, 2017.
- SCHUCMAN, Lia Vainer. “SIM, NÓS SOMOS RACISTAS: ESTUDO PSICOSSOCIAL DA BRANQUITUDE PAULISTANA.” *Psicologia e Sociedade*, vol. 26, no. 1, 2014, pp. 83-94.
- SCOTT, Joan. *Género e história*. 1 ed., Ciudad del México, Fondo de Cultura Económica, 2008.

TAMIÃO, Juliana Segato. *Escritas Feministas: os jornais Brasil Mulher, Nós Mulheres e Mulherio (1975-1988)*. 2009.147 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – PUCSP, São Paulo, 2009.

MÉNDEZ, Natalia Pietra. *Movimiento de Mujeres*. In: VINYES, Ricard (Org.). *Diccionario de la Memoria Colectiva*. 1.º ed., Barcelona, Gesida, 2018.

WOLFF, Cristina, et al. *Mulheres de Luta, Feminismo e Esquerda no Brasil(1964-1985)*. 1ªed ed., Curitiba, Appris, 2019.